

unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO” Faculdade de Ciências e Letras Campus de
Araraquara - SP

ADRIANA MARQUES DE CASTRO LEÃO

A EDUCAÇÃO SEXUAL EM DOCUMENTOS EDUCACIONAIS NO
BRASIL DE 1997 A 2020: resistências e embates

ARARAQUARA – S.P.
2024

ADRIANA MARQUES DE CASTRO LEÃO

**A EDUCAÇÃO SEXUAL EM DOCUMENTOS EDUCACIONAIS NO
BRASIL DE 1997 A 2020: resistências e embates**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Sexual, da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Sexual. Exemplar apresentado para defesa.

Linha de pesquisa: 1. Sexualidade e educação sexual: interfaces com a história, a cultura e a sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro.

ARARAQUARA – S.P.
2024

L437e Leão, Adriana Marques de Castro
A Educação Sexual em Documentos Educacionais no Brasil de
1997 a 2020 : resistências e embates / Adriana Marques de Castro
Leão. -- Araraquara, 2024
88 f.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual
Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara
Orientador: Paulo Rennes Marçal Ribeiro

1. Sexo. 2. Educação Sexual. 3. Estudo e ensino. 4. Sexualidade. 5.
Brasil. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ADRIANA MARQUES DE CASTRO LEÃO

**A EDUCAÇÃO SEXUAL EM DOCUMENTOS EDUCACIONAIS NO BRASIL
DE 1997 A 2020: resistências e embates**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Sexual. Exemplar apresentado para defesa.

Linha de pesquisa: 1. Sexualidade e educação sexual: interfaces com a história, a cultura e a sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro.

Data da defesa: 28/02/2024

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro
Universidade Estadual Paulista – UNESP.

Membro Titular: Profa. Dra. Luci Regina Muzzeti
Universidade Estadual Paulista – UNESP.

Membro Titular: Profa. Dra. Paola Alves Martins dos Santos
Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de realizar este mestrado, concretização de um sonho;

Aos meus pais, Valentina e Antônio Leão pelos constantes incentivos, conselhos e apoio;

Aos meus filhos, Lucas e Felipe, netos, Arthur e Heitor, e esposo, Cícero, que compreenderam minhas ausências e me incentivaram a realizar este sonho;

Aos meus irmãos pelo apoio, sobretudo a minha irmã Andreza, que me incentivou e ajudou;

Ao prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro, um grande expoente da área da educação sexual, que de forma solícita aceitou me orientar. Agradeço pela atenção, disposição, acolhida e por tantos aprendizados;

À profa. Dra. Débora Raquel da Costa Milani e à profa. Dra. Gabriella Rossetti Ferreira pelas preciosas contribuições tecidas a este trabalho por ocasião do exame de qualificação;

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Educação Sexual, em especial às profa. Dra. Raquel Baptista Spaziani e profa. Dra. Luci Regina Muzzeti pelo acolhimento e carinho;

À seção de Pós-graduação pela solícitude e presteza;

Aos colegas do mestrado em Educação Sexual, pelas trocas e partilhas;

À Unesp, em especial à Faculdade de Ciências e Letras, por nos oportunizar este excelente mestrado;

Aos colegas de trabalho que torceram por mim na elaboração dessa pesquisa;

E a todos/as que de forma direta ou indireta me auxiliaram nesta trajetória.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela
tampouco a sociedade muda” – Paulo Freire.

RESUMO

Objetivamos com este estudo realizar uma historicização dos documentos educacionais no Brasil do período de 1997 a 2020, de maneira a evidenciar as resistências, bem como os embates para a efetivação da Educação Sexual no país. A presente pesquisa é de natureza qualitativa exploratória de cunho bibliográfica. Os descritores empregados nessa pesquisa foram Sexualidade, Educação Sexual e Educação em Sexualidade. As bases de dados para esta busca foram Scielo, Google Acadêmico, Base de Dados de Dissertações e Teses da Capes, bem como a base de dados Athenas da Unesp. Constatamos neste estudo, à luz dos estudos científicos, os embates e as inúmeras resistências à inserção dessa temática nos principais documentos educacionais, e avaliamos que isso se deve, sobretudo aos detratores conservadores que assolaram o país com inverdades, no intento de persuadir qualquer possibilidade de menção a temas comuns à sexualidade. Ademais, verificamos que os Parâmetros Curriculares Nacionais trazem explícito o tema transversal Orientação sexual, dando legitimidade à discussão da sexualidade. O mesmo não ocorre no Plano Nacional de Educação, tampouco na Base Nacional Comum Curricular, deixando explícito o retrocesso da área e a atuação ferrenha destes detratores. Notamos, desde o final do século XX as inúmeras resistências e os embates à temática, o que sinaliza a necessidade de políticas públicas efetivas, porquanto urge que saia do senso comum e adentre os bancos escolares. Assim, é vital intervenções pedagógicas em Educação Sexual, de maneira a prover que seja uma realidade nas escolas do país.

Palavras-chave: Educação Sexual; Documentos Educacionais; PCN; BNCC; PNE.

ABSTRACT

With this study, we aim to historicize the documents of education in Brazil from 1997 to 2020, to highlight the resistance, as well as the struggles to implement Sexual Education in the country. This research is qualitative, exploratory, and bibliographic. The descriptors used in this research were Sexuality, Sexual Education and Sexuality Education. The databases for this search were Scielo, Google Scholar, Capes Dissertations and Theses Database, as well as the Unesp Athenas database. In this study, in light of scientific studies, the clashes, the countless resistances to the inclusion of this theme in main educational documents, and we believe that this is due, above all, to the conservative detractors who plagued the country with untruths, in an attempt to persuade any possibility of mentioning themes common to sexuality. Furthermore, we verified that the National Curricular Parameters make explicit the transversal theme of Sexual orientation, giving legitimacy to the discussion of sexuality. The same does not occur in the National Education Plan, nor is the National Base Common Curricular, making explicit the regression of the area and the fierce action of these detractors. Since the end of the 20th century, we have noticed countless resistances and clashes on the topic, which signals the need for effective public policies, because it is urgent to leave common sense and enter the school bench. So, it is vital for pedagogical interventions in Sexual Education, to provide a reality in schools across the country.

Keywords: Sex Education; Educational Documents; PCN; BNCC; PNE.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	11
2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA SEXUALIDADE NO BRASIL	17
2.1 A Sexualidade no contexto escolar brasileiro	17
2.2 Os Parâmetros Curriculares Nacionais – o contexto histórico	277
2.3 Os Parâmetros Curriculares Nacionais – os blocos de conteúdo e o contexto político	311
2.4 O Plano Nacional de Educação e a guinada conservadora	377
2.5 A Base Nacional Comum Curricular – a exclusão de Gênero e Sexualidade	444
3. SEXUALIDADE E O ÂMBITO ESCOLAR – EMBATES E DEMANDAS	511
3.1 O aspecto biológico da Sexualidade	600
3.2 Educação Sexual – um direito humano	644
4. INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO SEXUAL	724
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	800
REFERÊNCIAS	834

APRESENTAÇÃO

A educação sexual formal é imprescindível à formação das pessoas, e, por esta razão é significativo a ter no âmbito escolar. Esta necessidade fica ainda mais evidente considerando que ainda é comum a dificuldade das famílias, enquanto instância social principal, de tratar de assuntos afins à sexualidade. Em minha família, por exemplo, não era um assunto que se discutia sendo um tema velado que trouxe agravos a minha percepção sobre tudo que envolvesse sexo.

Enquanto mãe de dois filhos, busquei¹ ter um diálogo aberto para abordar acerca da sexualidade, justamente por perceber os efeitos nefastos da ausência disso em minha adolescência. Em nossa família vigorava um silêncio quanto a este assunto. Não me sentia à vontade para perguntar sobre. Reconheço que me atentei a promover aos meus filhos uma educação sexual, visto o relevante papel que os pais têm enquanto primeiros educadores sexuais. Em minha perspectiva, o diálogo aberto e franco que vigorou em casa foi salutar. Avalio que as dúvidas, curiosidades e questões que traziam, ainda que não fossem simples de sanar, foram indispensáveis para a formação humana e para me aproximar deles.

Já enquanto professora, percebi inúmeras dificuldades para inserir um debate na área, e presenciei a resistência tanto por parte do corpo gestor das escolas, como dos professores, o que acabava em muitas ocasiões por afetar meu intento de propor algo nas aulas. Os cerceamentos, as críticas, as contestações a qualquer iniciativa eram corriqueiras, sendo muito desestimulantes.

Além disso, o meu receio era que documentos legais me valer para esta abordagem, e como iniciar um trabalho de educação sexual dentro das disciplinas que ministrava, de língua portuguesa e língua inglesa. Uma vez que cabe a escola esta incumbência, sopeso que os professores devem se ater ao seu papel de educadores sexuais.

Frente a estes dilemas, tive a iniciativa de buscar leituras na área, percebi que as inúmeras resistências que notei nas escolas acerca dessa educação é de longa data no Brasil, ou seja, as críticas e empecilhos ao debate da sexualidade no âmbito escolar sempre vigoraram.

Ademais, enquanto docente da rede pública estadual de ensino por mais de 30 anos, inúmeros acontecimentos presenciados na escola evidenciaram o quanto a temática da Sexualidade não é abarcada, sendo comum ser também desconsiderada.

¹ Nesta parte do trabalho será empregada a primeira pessoa do singular.

Uma das situações mais complexas que presenciei enquanto educadora, foi frente à confissão de uma adolescente vítima de abuso sexual, cujo pai era o agressor. Levando este caso à gestão, fui admoestada a não me envolver, com argumentos de que não cabia à escola tratar assuntos desta natureza. Esta situação me chocou, uma vez que esta instância social compõe a rede de proteção infantil, sendo que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) desde 1990 deixa claro a responsabilidade dos gestores e professores em efetivar os devidos encaminhamentos em situações dessa natureza.

Esta e outras inúmeras situações suscitaram meu interesse por ter uma formação específica na área. Assim, em meio à pandemia, me inscrevi no processo seletivo do Mestrado em Educação Sexual da Unesp, o único do país nessa área.

Durante a realização deste mestrado, presenciei a ausência de apoio e incentivo das escolas em que atuava. De maneira a afiançar esta formação, tive de assumir as faltas, bem como os descontos no salário, afora as críticas e ironias de muitos colegas.

Considero que fazer esta pesquisa tenha sido um movimento de resistência, pois não obtive apoio, enquanto profissional da educação, das escolas em que atuei, tampouco do Estado, pois somente em 2021, após 30 anos de atuação me aposentei. O mesmo percebo no Município em que trabalho atualmente.

É provável que outros professores do município em que atuo, como outros vários de diferentes regiões, cidades e estados do país possam ter profissionais comprometidos com a educação integral dos estudantes, à qual incluo a Educação Sexual. A nossa dedicação nos move, e espero que haja movimentos no sentido de trazer a Educação Sexual para a escola.

SEÇÃO 01

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

É interessante pensar que embora a sexualidade seja amplamente discutida em revistas, programas televisivos, redes sociais, blogs, sites da internet, entre outros veículos, quando se faz menção à sua discussão em um programa formal de Educação Sexual a ser executado no âmbito escolar encontramos inúmeras oposições e impeditivos.

Por certo, o debate da Educação Sexual não é de hoje. Tem-se todo um contexto histórico que aponta para a relevância de ser abordada de maneira formal no âmbito escolar. No entanto, persiste sendo uma área que recebe inúmeras críticas, depreciações e ataques, o que denuncia que a sociedade avançou em diferentes aspectos, porém quanto a educação aplicada na escola ainda caminha lentamente, não obstante o significativo número de estudos teóricos.

Existe um arcabouço teórico mundial que atesta a importância de sua inserção e aponta os agravos quando da sua ausência disso, mas há ainda resistências a sua implantação no Brasil. E isso ficou ainda mais latente nos últimos anos, quando uma onda ultraconservadora invade o país.

A prática da educação sexual vai muito além de falar dos mecanismos fisiológicos do ato sexual ou de órgãos sexuais, havendo múltiplas perspectivas, não se restringindo à vertente biológica. Por outro lado, ao contrário do que se propaga de forma equivocada, não tem por intento disseminar valores ou estimular os estudantes à práticas sexuais precoces.

O advento da citada onda disseminou no país o discurso de que a escola, na figura dos seus profissionais, objetiva doutrinar os estudantes, sobretudo no que tange aos temas da Sexualidade e de Gênero, e ferir os princípios e valores das famílias. O país assistiu a intensificação do conservadorismo, que afetou até mesmo a elaboração dos documentos que norteiam a educação no país, e os reflexos disso foram sentidos na intimidação e vigília na abordagem destes temas.

O presente trabalho surgiu a partir da percepção das resistências históricas, no âmbito educacional, de se viabilizar a efetivação da Educação Sexual. Levantamos a hipótese de que há um conjunto de aspectos que contribuem para esta indisposição no trato deste tema: receio da reação das famílias, contexto político desfavorável e contrário a intervenções na escola, corpo gestor pouco flexível e não inclinado a sua abordagem, falta de formação de professores, entre outros.

Frente ao exposto, objetivamos com este estudo realizar uma historicização dos documentos educacionais no Brasil do período de 1997 a 2020, visando relacionar como esses documentos tratavam as questões envolvendo sexo e sexualidade, assim como identificar e descrever as resistências e os embates para a efetivação da Educação Sexual.

Os objetivos específicos, por sua vez, são:

- Conhecer se há a devida abrangência às temáticas da Sexualidade e da Educação Sexual nos principais documentos educacionais lançados no citado período;
- Averiguar se ocorre a discussão a respeito da relevância da implementação dessa educação no âmbito escolar;
- Verificar as principais resistências e embates à esta implementação;
- Apresentar algumas intervenções pedagógicas de Educação Sexual que podem ser implementadas no contexto de sala de aula.

As questões norteadoras deste estudo são:

- Houve a abordagem das temáticas da Sexualidade e da Educação Sexual nos principais documentos educacionais do país lançados nos últimos 27 anos?
- Tem-se uma discussão abrangente quanto à importância da efetivação dessa educação nas escolas?
- Quais as principais resistências e embates que vigoraram no país acerca da implementação da Educação Sexual?
- Como efetivar a Educação Sexual enquanto proposta educativa?

O método adotado na presente pesquisa é de natureza qualitativa e exploratório. Gonçalves (2005) explica que quanto a natureza a pesquisa pode ser descritiva, explicativa ou exploratória, esta, por sua vez, possibilita a definição e delineamento da pesquisa, e, por isso, será empregado nesse estudo.

Segundo Gil (2002), o estudo exploratório visa proporcionar ao pesquisador maior familiaridade com determinado problema, de maneira a torná-lo mais evidente. Adota, em geral, o formato de pesquisas bibliográficas ou estudos de caso, como o autor esclarece.

Dentro desses formatos, optamos por realizar um estudo de cunho bibliográfico, procedimento que segundo Lima e Miotto (2007) é comumente utilizado nos trabalhos de caráter exploratório-descritivo, como é o intento da presente pesquisa.

Marconi e Lakatos (2003) defini que a pesquisa desta natureza abrange trabalhos já tornados públicos em torno do tema em questão, cujo intento é colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito sobre, não sendo repetição do que foi redigido, visto que propicia a sua análise sob uma nova faceta, contribuindo para a obtenção de conclusões inovadoras.

A pesquisa bibliográfica, segundo os autores, é o primeiro e importante passo da pesquisa, porquanto consiste em saber em que estado se encontra determinado problema, que trabalhos foram realizados a seu respeito e que opiniões vigoram. Sendo assim, oportuniza um substrato teórico imprescindível a ser observado no estudo científico.

Em consonância, Gil (2002) advoga que a pesquisa bibliográfica contribui para se conhecer as publicações que versam sobre determinado assunto e os aspectos já abarcados, ter acesso a informações atualizadas, além de auxiliar na verificação das opiniões similares e distintas relacionadas ao tema. O autor conclui que pesquisa deste cunho são muito relevantes. Isso ocorre porque tem por escopo a análise acurada de material já publicado sobre determinado tema.

Lima e Miotto (2007) explanam que a pesquisa bibliográfica é um procedimento metodológico que oportuniza ao pesquisador a possibilidade de sanar um possível problema de pesquisa, e exige um movimento incansável de leituras, questionamentos e de interlocução crítica e cuidadosa com o material bibliográfico. É nos dizeres das autoras, um procedimento capaz de acender a postulação de hipótese ou interpretações que servirão para outras pesquisas.

Os descritores empregados na revisão bibliográfica na primeira etapa da pesquisa bibliográfica foram: Sexualidade, Educação Sexual, Educação em Sexualidade. As bases de dados para esta busca foram: Scielo, Google Acadêmico, Base de Dados de Dissertações e Teses da Capes, bem como a base de dados Athenas da Unesp.

A principal técnica da pesquisa bibliográfica é a leitura, por meio da qual se pode identificar as informações e os dados contidos no material selecionado. Deste modo, buscamos seguir à risca as orientações de Lima e Miotto (2007), que apresentam as etapas das leituras: a primeira etapa é do reconhecimento do material bibliográfico, em que ocorre a localização e seleção do material ou dados referentes ao tema do estudo. A segunda é a leitura exploratória, com a finalidade de verificar se as informações ou dados de pesquisa interessam ao estudo. A terceira corresponde a leitura seletiva, da análise se determinado material realmente interessa, tendo vinculação com o objeto em foco. Na sequência tem-se a leitura reflexiva ou crítica,

momento de imersão no material, a fim de constatar o que realmente interessa. A última etapa, por sua vez, é da leitura interpretativa, fase mais complexa que implica interpretação do material arrolado e da interrelação das ideias expressas.

Gonçalves (2005) diz que as etapas da pesquisa bibliográfica são essencialmente a escolha do tema; o levantamento bibliográfico prévio; a formulação do problema; a busca das fontes; a leitura cuidadosa do material; a organização lógica dos achados, e, por último, a redação do estudo propriamente dito. Outro aspecto importante é ter clareza quanto ao período que será foco de análise.

Posto isto, o período que se teve esta pesquisa foi de 1997 a 2020, considerando inicialmente o contexto em que são lançados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), primeiro documento federal que deu espaço para a discussão da Sexualidade, por meio do tema transversal Orientação Sexual. Posteriormente, o período de 2017 a 2020 foi marcado por uma onda ultraconservadora na sociedade brasileira, sobretudo no cenário político, do governo do então presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, que atuou de maneira contundente à Educação Sexual. Desse modo, intentamos neste estudo problematizar a polêmica que emerge com o movimento reacionário a esta educação.

Priorizou-se, no presente estudo enfocar os PCN, o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documentos amplamente divulgados nas escolas do país, apesar de toda a controvérsia que se tem em sua elaboração e implementação. Convém observar que os PCN se configuraram enquanto importante documento do final da década de 90, que trouxe diretrizes ao Ensino Fundamental. O Plano Nacional de Educação mais recente é divulgado em 2014 e a BNCC, homologada em 2018, é um documento obrigatório que estabelece o que as escolas tem de seguir para orientar o processo educacional.

Ferreira (2020) fez um levantamento cuidadoso e, na sequência, a análise dos documentos oficiais do Brasil que orientaram as propostas de intervenção em Educação Sexual no período que vai de 1997 a 2017. Em sua busca obteve um total de 14 documentos, entre os quais se incluem os PCN, o PNE e a BNCC.

O presente estudo não se teve a ponderar sobre todos os documentos arrolados pela pesquisadora, porquanto priorizou-se neste trabalho por focar os mais amplamente discutidos nas escolas.

Na busca realizada neste estudo foi dada prioridade a obras de autores clássicos da área, isto é, dos grandes expoentes e pioneiros da área da Sexualidade e da Educação Sexual no

Brasil, os quais construíram o arcabouço teórico da área, visando apresentar um panorama histórico e contextual acerca deste assunto.

A partir deste preâmbulo, a fim de facilitar a leitura e apresentação dos distintos assuntos tratados neste trabalho, optamos por apresentá-los em três capítulos:

No primeiro capítulo realizamos uma contextualização da Sexualidade nos atendo ao início do século XX,² período em que se tem uma discussão mais abrangente quanto sua abrangência na escola. Dentro disso, nos detivemos a discussão dos Parâmetros Curriculares Nacionais, por ser o primeiro documento educacional oficial que explicita a necessidade dessa abrangência. A seguir nos atemos a apresentar alguns acontecimentos favoráveis e desfavoráveis para abordagem da Sexualidade e de gênero na escola. Outrossim, realizamos uma análise crítica dos Parâmetros, buscando ponderar o contexto de sua elaboração e a preocupação que se tinha no tocante à questão da cidadania. Discorremos também acerca dos temas transversais, buscando demarcar o lugar da Sexualidade no cenário político e educacional atual. Dando sequência, problematizamos o Plano Nacional da Educação, que acende, na sua elaboração, uma onda reacionária conservadora³ que se coloca contrária à inserção dos termos gênero, orientação sexual e de Sexualidade, bem como a BNCC, que representou um retrocesso, se comparado aos Parâmetros Curriculares, na abrangência destes temas, por isso tais assuntos não incidem neste documento.

No segundo capítulo fazemos uma apreciação a respeito da abordagem biológica da Sexualidade, destacando o papel da escola na abrangência da Sexualidade e de gênero, em um cenário tão reacionário a tais discussões.

No terceiro capítulo são discutidas algumas intervenções pedagógicas, porquanto uma das questões comuns apresentada pelos profissionais da educação é como efetivar a Educação Sexual enquanto proposta educativa. Assim, foi apresentado um produto prático originário da dissertação, que consiste em uma estratégia que o professor pode dispor para o trabalho de Educação Sexual.

Por fim, trazemos as Considerações Finais de nossa reflexão, visando apontar algumas possíveis contribuições, uma vez que o ensejo é que os apontamentos tecidos no presente trabalho possam contribuir na direção da efetivação da educação sexual, de maneira a se

² Sobre a Educação Sexual nas primeiras décadas do século XX, consultar Reis & Ribeiro (2004) e Bedin, Muzzetti & Ribeiro (2020).

³ A onda conservadora, liderada pela ala conservadora do Congresso Nacional, se manifesta principalmente na política e na cultura brasileira, e seu intento é fazer frente aos discursos e propostas consideradas inadequadas e que ferem o que intitulam de princípios e valores da família cristã.

propiciar aos estudantes uma formação integral, que contemple a Sexualidade; e uma formação crítica e ética, ancorada nos direitos humanos, assim como nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU), que corroboram a premência desta educação.

SEÇÃO 02

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA SEXUALIDADE NO BRASIL

Para a compreensão da Sexualidade no cenário atual é importante um mergulho histórico. Importa aqui evidenciar os elementos que robustecem a premissa que a Sexualidade foi influenciada pelos acontecimentos históricos e culturais pelos quais passou, sendo intrínseca da constituição do ser humano (Ribeiro, 1990).

Diante disso, a proposta aqui é tecer uma contextualização deste tema, tendo como ponto de partida o início do século XX, por ser um período em que ocorreram as primeiras tentativas de abarcar formalmente a Sexualidade na escola (Ribeiro, 1990). Ademais, as primeiras décadas deste século foi palco da maior expressão da Educação Sexual no Brasil, apenas igualada no período que se estende de 1990 a 2012 (Ferreira, 2020).

Neste sentido, se faz necessário o mapeamento dos fatores que ajudaram a consolidar a Educação Sexual no âmbito brasileiro, e, por isso, optou-se por tecer esta discussão em três tópicos. No primeiro será apresentada a trajetória histórica da Sexualidade no contexto educacional brasileiro, na sequência será discutido a inserção dos Parâmetros Curriculares Nacionais, afinando com a análise dos blocos de conteúdo atrelado ao cenário políticoeconômico. Além disso, trará uma discussão sobre o Plano Nacional da Educação e a Base Nacional Comum Curricular, tecendo considerações acerca da pertinência da abordagem da Sexualidade na escola.

2.1. A Sexualidade no contexto escolar brasileiro

Em relação a discussão da Sexualidade no Brasil diferentes fatos atuaram enquanto embates para sua abrangência. Como diz Ribeiro (2017), a relevância de se debruçar acerca disso é que o conhecimento histórico sobre este tema é importante, um coadjutor na consolidação da Educação Sexual enquanto campo de ciência, e que pode trazer contributos para sua devida compreensão.

No Brasil das primeiras décadas do século XX, tal como ocorre em outros países do mundo, tem-se uma racionalização da Sexualidade, sendo tema amplamente debatido, o que traz subsídios para esta área de estudos (Figueiró, 2001). É a época do advento dos estudos médicos higienistas sobre a área sexual, estudos estes que têm por escopo o combate da masturbação e das doenças venéreas, como eram intituladas as Infecções Sexualmente

Transmissíveis (IST)⁴. O Brasil, sob influência dos ideais europeus conservadores visava a contenção da sexualidade, e isso vai persistir até após a proclamação da República (Ribeiro, 1990).

Concernente a este cenário histórico, Ribeiro (2009, p. 134) afirma que as peculiaridades étnico-raciais do povo brasileiro trouxeram subsídios para que se desenvolvessem propostas de trabalho fundamentadas no Higienismo e na Eugenia⁵, as quais visavam “[...] a pureza moral e cívica da sociedade brasileira, ou, em outras palavras, a regeneração física e moral da população”.

De acordo com Ribeiro (2017), os primeiros estudos acerca das questões sexuais no Brasil ocorreram a partir das teses desenvolvidas nas faculdades de medicina nos anos 1850 e seguintes, sendo que alguns médicos destes períodos publicaram livro que abarcavam a Sexualidade e a Educação Sexual. Neste cenário histórico assiste-se a uma intensificação das pesquisas quanto ao comportamento sexual humano, ainda conectado ao discurso moral do catolicismo romano da época, que empregam entrevistas, cartas, observações empíricas, entre outros dispositivos, com uma tendência de alinhar a Sexualidade enquanto fenômeno da natureza que tem como função cerne a perpetuação da espécie (Tavano, 2021).

O século XX, principalmente os primeiros decênios, é marcado pela atuação de médicos e educadores, os quais iniciaram no país estudos tratando da Sexualidade e da Educação Sexual (Bedin & Ribeiro, 2010). A medicina contribuiu para as primeiras ações de implementação da Educação Sexual no Brasil, as quais se fundamentaram no higienismo, ideologia corrente nestes primeiros decênios do citado século (Leão, 2009).

A Educação Sexual foi defendida por médicos e educadores entre 1920 e 1940, tendo como escopo a necessidade de aperfeiçoar a saúde da população (Bedin, Muzzeti & Ribeiro, 2020). Neste momento vigorava o temor às *doenças venéreas* e a ideologia higienista, que influenciaram vários autores a propor uma Educação Sexual que sugeria a repressão à prática

⁴ Carneiro et. al (2015) explicam que as Infecções Sexualmente Transmissíveis são causadas por agente etiológico vivo e transmissível, cuja infecção pode ser veiculada por um vetor, ambiente ou indivíduo. Para a Organização Mundial da Saúde, as IST são consideradas um dos problemas de saúde pública mais frequentes no mundo, sendo que no Brasil as estimativas de infecções na população sexualmente ativa, a cada ano, são sífilis (937 mil casos); gonorreia (1.541.800 casos); clamídia (1.967.200 casos); herpes genital (640.900); e HPV (685.400 casos).

⁵ O higienismo surgiu no século XIX, em virtude de uma preocupação dos governantes com a saúde da população. Com isso, médicos e sanitaristas criaram medidas para a prevenção de doenças. O eugenismo, por sua vez, foi um movimento científico voltado com o aperfeiçoamento genético humano.

sexual. Propunha-se uma disciplina sexual, de cunho moral cristã⁶, que tinha como eixo cerne a preservação do que eram considerados os bons costumes da época.

Nesta conjuntura histórica, a temática da Sexualidade estava associada à discussão biológica, vinculada a doenças que poderiam incidir se as pessoas ultrapassassem o que era considerado ‘normal’ (Leão, 2009), assim como adequado em termos de condutas sexuais à época.

A primeira reivindicação formal de se tratar este tema no Brasil emerge na década de 1920, com a aprovação pelo Congresso Nacional de Educadores de um programa de Educação Sexual direcionado às crianças com mais de 11 anos inseridas nas escolas das redes pública e privada (Ribeiro, 1990; Leão, 2009), ou seja, público considerado pré-púbere.

Outra ação similar ocorre na década de 1930, no Colégio Batista do Rio de Janeiro, por iniciativa do professor Victor Stawiarsky, que incluiu suas aulas o ensino da evolução das espécies e da Educação Sexual, e explicitou o papel feminino na reprodução (Rosemberg, 1985). Em virtude dessa abordagem, considerada muito ousada à época, este professor foi acusado de apresentar conduta imoral e, como resultado, foi processado pela escola e demitido (Ribeiro & Bedin, 2010). Na análise dos mencionados autores, este caso mostra a frustrada tentativa do docente de incluir a Educação Sexual.

Neste período o que prevalecia era o discurso do higienismo, que foi vital para o desenvolvimento de um aforismo de erradicação das doenças que acometiam a sociedade nos séculos XIX e XX, principalmente as camadas mais pobres, e foi importante para que a Educação Sexual se consolidasse como campo do saber ao longo do século XX (Ribeiro, 2017).

É importante ressaltar, no entanto, que paradoxalmente é também nas primeiras décadas do século XX que ocorre, no Brasil, uma profícua produção de livros de Educação Sexual, com destaque para as obras José de Albuquerque, que em 1933 foi responsável pela criação do Círculo Brasileiro de Educação Sexual – CBES (Reis & Ribeiro, 2004). O CBES e o pioneirismo de Albuquerque foram responsáveis pela difusão da Educação Sexual nos meios de comunicação, em eventos científicos e culturais e na imprensa (Ribeiro & Bedin, 2010). Os autores salientam que durante 30 anos essa associação e seu criador foram mentores do trabalho de Educação Sexual no Brasil.

⁶ A Igreja Católica por muito tempo exerceu forte influência na sociedade, tendo uma visão negativa e austera acerca da Sexualidade.

Albuquerque contribuiu significativa à área, organizando reuniões culturais, eventos, produzindo filmes e publicações, e foi quem instituiu o dia do sexo e em sua comemoração elaborou o hino à Educação Sexual que foi tocado em várias rádios do Rio de Janeiro (Carrara & Carvalho, 2016, p. 228).

Ribeiro (2023) traz em sua dissertação a letra deste hino, que se encontra exposta a seguir.

HYMNO DA EDUCAÇÃO SEXUAL

Nós somos os vanguardeiros

Dessa nobre e sã cruzada.

Nossa divisa é lutar!

Nosso destino: vencer!

Nossa arma é o Argumento,

O projectil é a Verdade,

Nosso alvo é o Preconceito

Que visamos destruir

ESTRIBILHO

Na era actual

Nenhuma campanha

É mais necessária

Que a sexual

Nós todos congregamos

Na maior fraternidade

Sem distinção de fronteiras

Partidarismos e crenças

Pois nosso escopo é somente

Dar ao Sexo seu Valor,

Para bem dos povos todos E
gloria da Humanidade!

ESTRIBILHO

Na era actual
Nenhuma campanha
É mais necessária
Que a sexual

Na apreciação de vários autores as décadas de 20 e 30 foram relevantes para a área graças a atuação de Albuquerque e do Círculo Brasileiro de Educação Sexual. O período que vai das décadas de 1930 até a década de 1940, por sua vez, é marcado pela atuação beligerante da igreja católica, que exercia rigorosa repressão ao estudo do sexo (Ribeiro, 1990).

Pensando novamente no papel da Igreja católica neste cenário, até a década de 60 do século XX era considerável a sua influência na educação, e sua atuação contrária à Educação Sexual (Rosemberg, 1985). Por esta razão as iniciativas de implementar a educação sexual ocorrem em escolas protestantes ou sem vínculo religioso. Contudo, na citada década algumas iniciativas de abordar este assunto começam a surgir, sendo mais propício a efetivação da educação sexual (Ribeiro & Bedin, 2010).

Conforme discorre Guimarães (1995), na década de 60 têm-se algumas tentativas neste sentido no país, as quais ocorrem em escolas públicas e particulares dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Ou seja, a região sudeste do país tem o seu pioneirismo na tratativa da Sexualidade no âmbito escolar.

Vale observar que estas tentativas pioneiras, ocorreram em escolas que estavam passando por um processo de renovação pedagógica. Contudo, não persistiram em decorrência da intensificação do autoritarismo do país, que adotou uma postura mais austera e moralista (Rosemberg, 1985).

Nesta mesma década, mais precisamente em 1963, o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, no Estado de Minas Gerais, introduz a educação sexual na oitava série do ensino fundamental, experiência esta que vigorou por somente três anos, em decorrência da reação contrária dos pais. No Rio de Janeiro, no colégio André Maurois, em experiência semelhante a de Minas, a tentativa de efetivar esta educação não teve êxito, pois ocorreu uma crise no citado

colégio em 1968⁷ decorrente desta atividade, resultando na exoneração da diretora, bem como na suspensão dos professores e expulsão dos estudantes (Guimarães, 1995). Convém frisar que esta tentativa afetou tanto a direção da escola, responsável nos aspectos administrativos, como dos professores envolvidos, assim como dos estudantes, o que demonstra uma reação beligerante a implementação da discussão da sexualidade no citado colégio.

Em 1968 foi proposto à Câmara dos deputados um projeto de lei, tendo como autoria a deputada Julia Steimbruck, que propunha a implementação obrigatória da Educação Sexual nas escolas do país (Rosemberg, 1985). Embora tenha recebido apoio de parte dos deputados, intelectuais e educadores, o projeto foi recusado pela Comissão Nacional de Moral e Civismo do Ministério da Educação e Cultura.

A autora historiciza que esta comissão era composta pelo padre Francisco Leme Lopes, pelo almirante Benjamim Sodré e pelo general Moacir Araújo Lopes, e a imprensa divulgou com destaque estes pareceres contrários. O padre pronunciou que: “[...] parece-nos de capital importância excluir qualquer iniciação sexual feita coletivamente nas escolas”, justificando que sua atitude era em “[...] nome da Higiene, da Pedagogia e da Moral” (Rosemberg, 1985, p. 14).

O almirante, nesta linha, afirmou no seu parecer que a Educação Sexual deveria ser alterada por educação para a pureza, considerando a inocência o ponto cerne nesta educação. Cabe frisar que no âmbito do senso comum, substantivos como inocência, pureza, ingenuidade, angelical, entre outros similares, são comumente atrelados ao conceito de criança (Reis, Muzzeti & Leão, 2014).

Tais ponderações desvelam que a Sexualidade era encarada por esta comissão como um assunto anti-higiênico, antipedagógico e imoral (Leão, 2009). Na ótica de Ribeiro (1990), a argumentação desta comissão reflete a repressão que vigorava neste cenário histórico, a qual contribuiu para o recuo da Educação Sexual nas escolas. Em decorrência disso muitos professores temiam abordar este assunto, principalmente pelo receio de sofrerem prejuízos, represálias e intimidações.

Ribeiro (1990) elucida que as iniciativas de Educação Sexual neste período foram afetadas pelo conservadorismo e a intensificação da moral, da censura, assim como da

⁷ Cabe observar que o ano de 1968 se tornou emblemático não somente no Brasil, mas no mundo ocidental, devido inúmeros acontecimentos. Segundo o Wikipédia neste ano ocorre o assassinato de Martin Luther King, líder dos movimentos por direitos civis nos Estados Unidos; acontece a revolta de maio de 1968, em que os manifestantes franceses ocupam Sobornne, a Universidade mais tradicional do país; no Brasil incide a passeata dos cem mil nas ruas do centro do Rio de Janeiro contra o regime militar. Ademais, tem-se outros inúmeros acontecimentos, por isso é comum a expressão que 1968 foi um ano que não acabou.

repressão do governo ancorado no Golpe Militar de 1964, notadamente após o Ato Institucional nº 5, de 1968. O autor acrescenta que

[...] o discurso conservador de 1964, embora não pudesse acabar definitivamente com as mudanças no comportamento sexual da sociedade, contribuiu significativamente para abortar o que de melhor estava nascendo junto com essas transformações: a orientação ⁸sexual (Ribeiro, 1990, p. 13).

As Secretarias da Educação influenciadas pelos ditames da ditadura começam a se posicionar contrárias a este trabalho, como o autor explica, considerando-o imoral e desnecessário.

O Congresso Nacional na década de 70 aprova um decreto que oficializa a censura prévia de livros e jornais, logo os textos sobre Sexualidade, alguns destes empregados nas escolas, foram abolidos, e os professores, neste bojo, vigiados, a fim de se preservar o que era considerado os bons costumes (Ribeiro, 1990). Assim, nesta década, as dificuldades relacionadas ao trabalho com a Educação Sexual persistiram, em virtude das ações judiciais movidas contra os que continuavam com seus trabalhos na área (Maia, 2004).

Para Guimarães (1995), esta década foi marcada pela influência do puritanismo⁹, e conquanto inexistisse uma lei que vetava o trabalho voltado à Sexualidade, persistia o temor dos gestores escolares. Por isso, vários projetos de Educação Sexual foram impedidos nas escolas, tendo como argumentos de esta era incumbência exclusiva das famílias.

Em suma, como analisam Ribeiro e Bedin (2010), por 15 anos a Educação Sexual no Brasil ficou estagnada, e o espaço que estava sendo sedimentado para a tratativa da Sexualidade foi desbancado, em virtude do golpe de Estado de 1964, interrompendo um trabalho que levou mais de 40 anos para ser consolidado.

Apesar disso, paulatinamente a partir de 1978 ressurgem algumas iniciativas de Educação sexual em decorrência de alguns aspectos sociais, tais como, as mudanças de

⁸ Termo empregado como sinônimo de Educação Sexual.

⁹ O puritanismo é um fenômeno socioreligioso que teve início na Inglaterra, no século XVII, advindo do calvinismo, cuja marca foi a rigidez moral irrepreensível (Lima-Neto, 2010), que se fez presente também na Sexualidade. O autor ensina que os puritanos, em contraposição aos anglicanos, divergiam do modelo episcopal de governo, defendendo o modelo representativo adotado pelos presbiterianos. Complementa que a visão de mundo e de vida, neste cenário histórico, foi marcado por uma imposição moral rígida, inserida e controlada pela organização eclesial, sendo que as características principais advogadas pelo puritanismo foram: a sobriedade, a constância emocional e moral e o autocontrole. Essas nuances de entendimento do puritanismo desvelam que para a sua devida apreensão é preciso a análise do processo histórico e/ou social em que foi engendrado, pois vai além de mera definição ou delimitação de conceitos. Em suma, objetivou acomodar os cristãos à moralidade social e sexual.

comportamento dos jovens influenciados pelo movimento hippie, disseminação da pílula anticoncepcional e pela inserção da mulher no mercado de trabalho (Ribeiro, 1990). Ou seja, este ano tem como marco reavivar esta Educação no país, a despeito da abertura para tanto não ter sido homogênea, pois acontecimentos repressivos continuaram (Figueiró, 2001).

Ainda em 1978 tem-se a aprovação no 1º Congresso Nacional de Educação Sexual da implantação da abordagem da Sexualidade nas escolas de segundo grau, apesar do trabalho centrar nas questões biológicas e médicas, não possibilitando discussões quanto aos comportamentos sexuais (Ribeiro, 1990). Na contramão disso, o Secretário de Educação do Estado de São Paulo, José Bonifácio Coutinho Nogueira, impediu a oficialização da Educação Sexual do período que vai de 1975 a 1979, argumentando que competia à família esta responsabilidade, e não à escola.

O término da ditadura militar e maior abertura política do país contribuíram para que as questões afins à sexualidade obtivessem força na educação (Ribeiro, 1990). Soma-se a isso que com o abrandamento da censura, nos anos 1980, houve maior liberação na veiculação destas questões neste período.

Ribeiro (2017) comenta que esta abertura política contribuiu para que os estudos sobre Sexualidade e Educação Sexual renascessem, sobretudo nas universidades, auxiliando para que tivesse um incremento considerável na produção sobre a temática sexual a partir de então.

Paulatinamente, as propostas voltadas a abordar este tema renascem. A exemplo disso, em 1978, a prefeitura de São Paulo promoveu um projeto-piloto de Educação Sexual nas escolas da rede municipal de ensino (Ribeiro, 1990). A iniciativa para este trabalho consta no projeto e surge dos comportamentos impróprios dos adolescentes, como as gestações prematuras e o aumento considerável das IST. Este projeto, como o autor analisa, impulsionou o despertar das instâncias superiores de Educação quanto à relevância da inserção da temática sexual nas escolas.

Convém frisar que são escassas as políticas educacionais abrangendo estas temáticas nas redes municipais e estaduais e, quando são efetivadas, tratam-se de políticas de curto prazo que são interrompidas quando da mudança da agremiação política, como resultado das eleições (Tavano & Leão, 2018). Em posição consoante, Paraíso (2016) pronuncia que incide uma ciranda que faz com que as políticas educacionais abordem, deixem de tratar, voltem a abarcar e/ou extrair os temas de Gênero e Sexualidade dos currículos escolares, o que faz com que haja tantos entraves para sua manutenção no conteúdo escolar.

Na década de 80, o Brasil assiste a uma abertura política que ajudou nas reformulações dos sistemas educacionais (Ribeiro, 1990). Dos anos 1980 a 1990 houve uma expansão da Educação Sexual em alguns estados brasileiros, porque ocorre maior abrangência da Sexualidade na mídia de massa (TVs, rádios, jornais, entre outros), se transformando em assunto de interesse social (Nunes; Silva, 2006). Para exemplificar, pode-se citar o quadro ‘Falando sobre Sexo’, da sexóloga Marta Suplicy no programa TV Mulher. Este quadro, como expõem Ribeiro (1990) e Ferreira (2020), coincidindo com a política vigente do país à época, propôs debates sobre assuntos sexuais no período matutino, e teve a duração de cinco anos. Enfim, nesta década ocorrem congressos e encontros profissionais que contam com a participação de médicos, professores e cientistas sociais, que avivam a discussão sobre a sexualidade nas escolas (Bedin, Muzzeti & Ribeiro, 2020).

Ribeiro (2020) discorre que na década de 1980 surgem vários projetos voltados a discutir os ‘problemas’ que estavam incidindo, como a AIDS, a gravidez na adolescência, uso de drogas, entre outros, sem ter como foco o significado disso para o bom desenvolvimento de crianças e adolescentes. Nessa década emergem várias iniciativas de Educação Sexual nas escolas, sobretudo na rede privada de ensino, em virtude da AIDS e do avanço da gravidez na adolescência, e estas iniciativas têm em seu âmago a preocupação com os considerados problemas de natureza sexual (Leão, 2009).

A referida pesquisadora alerta que a Educação Sexual no ambiente escolar é vista como forma de prevenir ou sanar tais “problemas” (Leão, 2009). Não obstante a isso, a partir da década de 1990 alguns episódios trazem uma nova configuração à abrangência deste assunto nas escolas do país, não mais restrito à precaução. A título de exemplo, entre 1997 e 2011 ocorre o financiamento de projetos a serem desenvolvidos nas escolas, como o Brasil sem Homofobia e o GDE – Gênero e Diversidade na escola (Ribeiro, 2017). Na análise do autor estes projetos balizaram a tratativa da Sexualidade e das relações de gênero no contexto escolar. O citado pesquisador continua relatando que em 2012 foi criado o primeiro Mestrado em Educação Sexual no Brasil, na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – UNESP. Apesar destes avanços, teve-se o crescimento da oposição à discussão da Sexualidade na escola, intensificada a partir de 2014, culminando com a votação dos deputados da bancada conservadora contra a aprovação de várias medidas pró-sexuais, abarcando a cidadania e os direitos civis (Ribeiro, 2019; Ribeiro, 2016).

O pesquisador pondera também que neste cenário, em que prevalece o conservadorismo, “parece que cidadania, direitos humanos, respeito pelo outro, igualdade entre homens e mulheres, compreensão da diversidade são premissas descartáveis e descabidas [...] (Ribeiro, 2017, p. 10).

Em suma, a Educação Sexual no Brasil foi concebida ao longo de uns cento e cinquenta anos, ganhando espaço paulatino na sociedade, culminando que adentrando o século XXI ocorresse maior receptividade quanto às ações de Educação Sexual (Ribeiro, 2017; Ribeiro, 2019). O pesquisador complementa que apesar disso, se assiste ao crescimento da oposição a esta educação, que incide em decorrência do fortalecimento da ala conservadora da sociedade. O autor sintetiza que esta educação teve marcos relevantes, quais sejam:

Século XIX – Teses nas faculdades de medicina;

Primeiras décadas do século XX – Vasta produção de livros sobre Sexualidade, inclusive Educação Sexual;

Anos 1960 – Primeiras experiências exitosas de Educação Sexual nas escolas;

Anos 1970-80 – Surgimento de várias associações científicas no campo da sexologia, com a inserção de psicólogos e educadores, além dos médicos;

Anos 1990 – Criação dos grupos de investigação nas universidades, que possibilitaram a consolidação do campo sexual, enquanto área reconhecida de estudo e pesquisa na década seguinte (Ribeiro, 2017, p. 8-9).

Portanto, para discorrer acerca da Educação Sexual se faz necessário esta contextualização histórica, em virtude de sinalizar os avanços e retrocessos na abrangência da Sexualidade. Diante deste quadro, convém a observação de Ribeiro e Bedin (2010), que asseveram que a historiografia brasileira da Educação Sexual demonstra que o país ainda engatinha nesta área.

Considerando o cenário brasileiro, é interessante discutirmos acerca do surgimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais, marco educacional da década de 1990, por ser um documento oficial federal que reconhece e dá a legitimidade à discussão da Educação Sexual no âmbito escolar.

2.2. Os Parâmetros Curriculares Nacionais - o contexto histórico

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram criados pela Secretaria da Educação Fundamental do Ministério da Educação (MEC) para atender à necessidade de uma renovação da educação básica voltada para a cidadania (Brasil, 1997).

O surgimento dos PCN, como são conhecidos, decorre das exigências do Plano Decenal de Educação para Todos, que, concatenado à Constituição Federal de 1988, coloca a obrigação do Estado em estabelecer um parâmetro para as ações educativas e se configuram como uma referência curricular, por não ter cunho obrigatório (Leão, 2009). Para sua adoção no âmbito escolar era preciso a aderência dos estados, de maneira a estabelecer as diretrizes curriculares.

A função dos PCN é de orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual (Brasil, 1997, p. 10).

Os PCN foram organizados a partir de propostas curriculares dos estados e municípios brasileiros, fruto da análise empreendida pela Fundação Carlos Chagas sobre os currículos oficiais. Em sua elaboração contou com a participação de profissionais de distintas áreas da educação, localizados em várias localidades, que foram convocados pelo MEC (Leão, 2009).

Os Parâmetros especificam que têm como aspecto central a preocupação com a construção da cidadania, tendo como finalidade a equidade entre as pessoas e, para isso, é necessário o acesso à totalidade de bens públicos, entre eles o conjunto de conhecimentos socialmente importantes (Brasil, 1997).

Maia (2004, p. 164) explica que os PCN são compostos por um conjunto de propostas educativas, que visam “apontar as metas de qualidade que ajudem o aluno a enfrentar o mundo atual como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres”.

Cidadania é uma palavra empregada usualmente, porém poucos compreendem o seu significado (Dimenstein, 2012). O autor instrui que é o direito de expressar as ideias, de ter direito ao voto livre, de não sofrer discriminação por questão de ordem étnica, social, religiosa, de gênero, entre outros demarcadores sociais. Em síntese, para o autor isso implica na efetividade dos direitos sociais, políticos e civis, caso contrário, a cidadania permanece inerte na letra.

A cidadania implica equidade de direitos e deveres entre os indivíduos, independentemente de distinções, sejam elas de idade, etnia, status social, entre outros, já que

possibilita que as pessoas possam participar ativamente em sociedade, podendo apresentar um posicionamento crítico. Há a ausência de cidadania quando uma sociedade, por exemplo, gera uma criança em situação de rua, sendo um sintoma latente da crise social, como bem avalia Gilberto Dimenstein (2012).

Na obra ‘cidadão de papel’, Dimenstein (2012) tece considerações interessantes, ao trazer que a criança é a base social para que a cidadania saia do papel e se torne realidade no mundo, de modo que os direitos adquiridos sejam usufruídos.

A cidadania é exercida e aprimorada nos relacionamentos sociais e institucionais, e é um direito básico do cidadão, em especial da criança (Dimenstein, 2012). A educação ocupa lugar cerne pensando no conceito de cidadania. A escola, por sua vez, é um dos locais mais diligentes para se erigir uma sociedade mais equitativa e igualitária, na qual todos possam usufruir seus direitos, tendo função peculiar de possibilitar a apropriação do saber a todas as pessoas em iguais condições (Leão, 2009). Por conseguinte, esta instância tem a função de educar para a cidadania, ou seja, para o exercício da participação consciente em sociedade.

Convém lembrar que a escola enquanto relevante instância social precisa trabalhar temas alinhados à cidadania, como é a Sexualidade. Nesta perspectiva, os discursos oficiais enaltecem a educação para a cidadania na defesa dos direitos humanos, porém ela argumenta que “[...] não existe qualidade de vida nem direitos humanos, mesmo que apenas em intenção, a não ser para corpos encarnados, sexuados” (Melo, 2004, p. 106).

O debate sobre a Sexualidade deveria ser inserida nas propostas educativas em distintos estabelecimentos educacionais, “[...] não como um favor feito para indivíduos à parte do contexto e do grupo social, numa dada cultura, em que o sujeito vive, mas sim como uma dimensão histórica e social” (Maia, 2004, p. 154).

As orientações técnicas de Educação Sexual para o cenário brasileiro¹⁰ (UNESCO, 2013) referem que a inserção deste tema, na perspectiva dos direitos humanos, veio na esteira de um conjunto de alterações sociais, que foram propiciadas pela instalação do processo democrático, sobretudo a partir da década de 80, sendo que a Constituição Federal de 1988 foi o grande marco para a conformação de uma educação inclusiva, dando destaque à questão da formação dos estudantes para o exercício da cidadania. Para Dimenstein (2012), a cidadania é a garantia por lei de viver dignamente em sociedade, e o direito a ter direitos é uma conquista árdua da humanidade.

¹⁰ A UNESCO utiliza o termo Educação em Sexualidade ao invés de Educação Sexual.

Os PCN (Brasil, 1998, p. 21) ao discorrerem sobre cidadania expõem que se pressupõe a participação política de todos na definição de rumos será assumido pela nação e que se expressa não apenas na escolha de representantes políticos e governantes, mas também na participação em movimentos sociais, no envolvimento com temas e questões da nação em todos os níveis da vida cotidiana.

De acordo com Leão (2009) estes parâmetros trazem os temas transversais que advêm das reformas educacionais europeias, cujo intento era adequar o sistema educacional às novas realidades socioculturais da contemporaneidade. Neste ínterim, os temas transversais objetivavam trazer uma alteração no currículo escolar, de forma a incluir conteúdos mais atuais.

De acordo com os PCN (Brasil, 1998), estes temas não se configuram em novas disciplinas, mas uma articulação entre todas as disciplinas ditas clássicas (Biologia, Matemática, Geografia, entre outras), para tratar vários temas, entre os quais se incluem: ética, saúde, meio ambiente, pluralidade cultural e orientação sexual (Leão, 2009).

Nos Parâmetros há temas indispensáveis de ser abarcados, tendo como justificativa que “[...] são questões urgentes que interrogam sobre a vida humana, sobre a realidade que está sendo construída e que demandam transformações macrossociais e também de atitudes pessoais (Brasil, 1997, p. 26).

Barros e Ribeiro (2012) destacam que as disciplinas são mecanismos de compartimentalização dos saberes, estando os conhecimentos organizados de forma rígida no currículo escolar, em que algumas são consideradas mais relevantes que outras, tendo uma carga horária maior. Para as autoras, na contemporaneidade essa rigidez curricular é questionável, uma vez que se vive em um contexto de crise de disciplinaridade, e algumas das propostas para driblá-la são a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade, e, também, a transversalidade. Aliás, foi para produzir rupturas com a questão disciplinar escolar que o MEC propôs os temas Transversais.

Os PCN referem que os temas transversais devem ser integrados às áreas convencionais, entretanto, afirmam que haja vista a complexidade destes temas “[...] nenhuma das áreas, isoladamente, seja suficiente para explicá-los; ao contrário, a problemática dos temas transversais atravessa os diferentes campos do conhecimento” (Brasil, 1998, p. 26).

Estes temas, como explica Leão (2009), precisam encontrar nas disciplinas tradicionais ocasiões para serem articulados, já que o desenho do currículo escolar persiste com tais disciplinas. Em outras palavras, o tema da Sexualidade precisa ser articulado no conteúdo

dessas disciplinas para ser abordado (Leão, 2009). A pesquisadora alega que uma vez que este tema é envolto de questões complexas, que por vezes suscitam receios de ser abarcado, era interessante se constituir enquanto disciplina, sendo esta uma maneira de assegurar a sua discussão no âmbito escolar.

De fato, como comentam Barros e Ribeiro (2012, p. 179), nas práticas cotidianas escolares a Sexualidade é entendida “[...] como um anexo, ou seja, quando o/a professor/a está discutindo qualquer temática, ele/a acaba ‘encaixando’ o assunto nas discussões escolares, em vez de debatê-lo como um eixo norteador, tal qual sugere o PCN - Temas Transversais”. As pesquisadoras acrescentam que a Sexualidade precisa ser inserida realmente em todas as disciplinas do currículo, não como apêndices, mas, sim, enquanto eixo norteador de discussões, possibilitando a fluidez e quebra das estruturas rígidas das disciplinas escolares.

Os PCN foram um marco para a efetivação da educação no Brasil, constituindo um documento que reconhece a necessidade de se trabalhar questões de Sexualidade, corpo, Gênero e Educação Sexual nas escolas (Ribeiro, 2017). Com efeito, embora no Brasil não se tenha uma lei que torne a Educação Sexual obrigatória, os parâmetros deram destaque para que estas questões fossem realmente objeto de estudo nas escolas (Ribeiro, 2013). O diferencial é que foi o primeiro documento federal educacional que trouxe a necessidade da abrangência de tais questões pela escola.

A inclusão da Sexualidade nos temas transversais foi resultado da reivindicação dos educadores para a inserção deste assunto nos currículos formais escolares (Nunes; Silva, 2006). Estes parâmetros foram apontados como aliados para a tratativa destas questões no contexto escolar, uma recomendação oficialmente documentada e proposta (Leão, Silva, Ferreira & Ribeiro, 2016).

Frente ao exposto, podemos dizer que os PCN cooperaram favoravelmente para o campo da Sexualidade à medida que legitimaram sua discussão pela escola. Como explica Petrenas (2015), antes dos PCN não constava nos currículos prescritos qualquer menção à Sexualidade e a importância de sua abrangência no contexto escolar.

Barros e Ribeiro (2012) advertem que estes parâmetros estão vinculados a lógica disciplinar, propondo que a Sexualidade seja discutida pelas diversas disciplinas, sem, contudo, trazer a importância do entrosamento entre elas.

Dessa forma, como escreve Leão (2009), embora imprescindível, a proposta da implementação da Sexualidade como tema transversal ficou restrita e limitada, principalmente

porque aparece muito simplificada em três blocos de conteúdo, sugerindo que são suficientes para prover aos estudantes conhecimento nesse assunto.

2.3. Os Parâmetros Curriculares Nacionais – os blocos de conteúdo e o contexto político

O trabalho direcionado a tratar da Sexualidade nos PCN está organizado em três blocos: Corpo e Matriz da Sexualidade; Relações de gênero e Prevenção às DST e Aids (Brasil, 1998). Tais blocos de conteúdo respondem à necessidade de selecionar tópicos que devem compor uma proposta de Educação Sexual, de modo a garantir as discussões principais sobre Sexualidade (Leão, 2009).

Quanto ao bloco *Corpo*, os PCN propõem que ele não seja trabalhado apenas no seu aspecto biológico, como ocorre na disciplina de biologia, de forma a incluir a interação dos órgãos, assim como dos sentimentos e emoções (Leão, 2009).

Nesta mesma linha, Ribeiro (2020) acena que o trabalho do corpo ultrapassa a dimensão biológica, não se limitando à anatomia sexual, e é crucial que esta abordagem contemple outras questões para suplantam a questão do corpo orgânico.

Estes parâmetros trazem a preocupação com o fomento da saúde. Isso fica claro, no seguinte recorte:

O conhecimento do corpo e de seu funcionamento propicia uma maior conscientização da importância da saúde e da necessidade de ações não só curativas, mas também preventivas. A escola deve, então, atuar de forma integrada com os serviços públicos de saúde da região (Brasil, 1997, p. 141).

Um aspecto que este bloco reforça é quanto a apreensão do corpo para a prevenção da violência sexual, pois auxilia no esclarecimento dos infantes de que seus corpos lhes pertencem e não deve ter tocado sem a devida anuência, e isso somente deve ocorrer por motivos de saúde e higiene (Brasil, 1998). Esta prevenção voltada as crianças e adolescentes auxilia na compreensão do fenômeno em si, bem como na compreensão do que seja incursões corporais inapropriadas, que fogem de incursões de higiene e cuidados (Leão, 2009).

É pertinente lembrar que o trabalho de Educação Sexual não se resume a prevenção da violência sexual ou de ISTs, nem de gravidez na adolescência, porquanto engloba o prazer, o cuidado de si, o desenvolvimento da auto estima, entre outros (Ribeiro, 2023).

Os PCN expressam que quando se trata de Sexualidade o foco nas escolas, nas aulas de Ciências, é quanto ao aspecto reprodutor e a fisiologia corporal, porém esta abordagem não se atém as reais necessidades dos estudantes, essencialmente porque focaliza apenas o corpo biológico, desvinculado da dimensão mais global (Brasil, 1998).

Furlani (2011, p. 25) alerta que esta abordagem biológica higienista restringe a sexualidade ao sistema reprodutor e a prevenção das ISTs, sobretudo nas aulas de Ciências ou Biologia, o que é contraproducente, haja vista que o determinismo biológico contribui para “a naturalização das desigualdades sexuais e de gênero”. A pesquisadora acrescenta que a sexualidade tem uma esfera biológica, a qual leva em consideração a saúde sexual, porém ela não pode ser a única, visando não se limitar este aspecto humano.

Barros e Ribeiro (2012) alertam que se instalam certos dispositivos para regulamentar a Sexualidade dos estudantes, porquanto quando esta temática é debatida o foco recai sobre o uso de métodos contraceptivos e informações a respeito da prevenção da gravidez e de IST, entre outros agravos na saúde, normatizando e gerenciando, com isso os corpos dos indivíduos. As autoras denunciam que este tipo de abordagem, vinculado ao que elas intitulam materialidade biológica, impossibilita outras maneiras de se refletir acerca da Sexualidade, deixando de lado questões relevantes, como é o caso da equidade de gênero.

O eixo das *Relações de gênero* é vital em um programa de Educação Sexual, uma vez que as relações desiguais entre os gêneros são históricas e ainda vigentes, e a reflexão disso pode contribuir para a alteração de condutas sociais, com a finalidade de atenuar as disparidades de direitos e deveres das pessoas em função do gênero a que pertencem (Leão, 2009).

Este documento contribui trazendo à tona a necessidade da desconstrução das hierarquias de gênero. Paraíso (2016) elucida que gênero é um conceito importante para que as pesquisas consigam delinear e avaliar o funcionamento da produção das desigualdades e diferenciações hierárquicas nos currículos e contexto escolar. A autora expõe que este conceito desvela a relação de poder que tem violentado, explorado, aniquilado, subjugado e extinto milhões de pessoas.

Joan Scott (1995, p. 14), em sua conhecida obra *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, discorre que “[...] gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder [...] não é o único campo no qual o poder atua, entretanto é um meio estável e recursivo de dar efeito a atuação do poder”.

O conceito de gênero marca as construções sociais de caráter plural, não universal, inconclusa e mutável de homens e mulheres, acendendo a possibilidade de se colocar em pauta as relações de poder que se constituem entre os sexos (Louro, 1997). Como observa Scott (1995), reivindica-se, ao tratar das relações de gênero, que os sujeitos são diferentes, a despeito do seu sexo, devendo ser considerados equivalentes.

Cabe elucidarmos que sexo e gênero não apresentam o mesmo significado, uma vez que sexo se refere à identidade biológica de uma pessoa, e gênero expressa à sua construção enquanto sujeito (Scott, 1995). O vocábulo sexo está relacionado à definição biológica do indivíduo e às diferenças anátomo-fisiológicas, já Gênero extrapola o determinismo biológico, referindo-se as representações culturais e sociais dessa construção. Não é algo estável como o sexo, nem determinante de sua composição biológica (Leão, 2017).

No dizer de Ferrari, Gomes e Berto (2020), gênero é um organizador social e, a escola é produto e produtora da divisão binária dos gêneros que delimita a sociedade. Dito de outro modo, os autores aludem que a “[...] escola e as relações que se desenvolvem no seu interior são parte desse processo de construção de homens e mulheres” (p. 230), e tem papel distinto nesta construção e na perpetuação dos modelos que estabelecem esses lugares como adequados.

Gênero suscita discussões que requerem ser instigadas, para que se possa minar os preconceitos e estigmas que foram tecidos historicamente acerca da mulher (Leão, Lima-Neto & Whitaker, 2015). Em posição consoante, Leão (2017) argumenta que este conceito busca denunciar a dinâmica relacional enaltecendo que a condição feminina não é definida pela natureza, sendo decorrência de uma construção produzida pela cultura ao longo da história humana, posto que da mesma forma que houve uma construção, é possível a desconstrução das distinções entre homens e mulheres e a desnaturalização das mesmas na direção da equidade em sociedade.

A pesquisadora acentua a relevância de se “desnaturalizar os preconceitos arraigados na sociedade quanto à mulher, se refutar as interpretações da dominância androcêntrica e a persistência das distinções entre homens e mulheres, e sua justificação na ancoragem biológica” (Leão, 2017, p. 20). Com efeito, esta discussão se faz necessária, uma vez que prevalece o saber de senso comum que inferioriza as mulheres e as colocam em lugar de subalternidade se comparado ao homem.

Nesta linha, Ferreira (2020, p. 67) pontua que as discussões quanto às questões de gênero são de extrema urgência e importância diante do cenário que se vivencia atualmente no

Brasil, onde se pregam retrocessos de direitos fundamentais, discursos de ódio, cerceamento das liberdades de expressão e perseguição aos debates sobre gênero.

Segundo Leão (2009), apesar da relevância da inserção desse tema nos PCN, sugerem que a internalização dos papéis¹¹ sexuais, isto é, funções sociais consideradas mais apropriadas para cada gênero exercer na sociedade, pela criança, é algo natural. Por certo, como a autora acrescenta, esta internalização serve de referência às crianças fazendo com que construam as representações dos papéis sociais aceitos e apontados como válidos na sociedade para cada gênero, o que limita a atuação delas, já que as faz absorver estas representações como algo inquestionável.

Reis e Eggert (2017) pontuam que a UNICEF, em 1979, na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, ou seja, há mais de 40 anos, já tinha se posicionado contra as estereotipias dos papéis masculino e feminino em todos os níveis e formas de ensino. No entanto, a escola persiste sendo espaço de perpetuação destes estereótipos e da hierarquização do machismo e do sexismo¹² (Leão, 2017). Certamente ela reflete o sexismo presente na sociedade. A exemplo disso, não é incomum a mulher ainda ser educada para a interiorização de seu papel inferior e de submissão à vontade do homem (Leão, Lima-Neto & Whitaker, 2015).

As distorções quanto à violência contra a mulher em sociedade são corriqueiras e ocorrem em distintas instâncias, incluindo a escola, sendo comumente culpabilizadas por meio de discursos que validam, relativizam e ‘naturalizam’ a violência (Leão, 2017). A autora conclui que a escola é uma importante instância que pode suscitar a contestação destes pontos de vista em prol da sua ruptura, com a finalidade de se transformar em espaço de acolhimento e de respeito, a fim de que as discussões de Sexualidade e das relações de gênero se façam presentes no Projeto Político-Pedagógico, no currículo e nas práticas pedagógicas de sala de aula.

Os Estudos de Gênero evidenciam que em pleno século XXI ainda prevalecem discursos e práticas que submetem a mulher a uma categoria inferior, sendo que a escola, por vezes, reproduz estas práticas, abrigando educadores e educandos que são portadores das mesmas (Leão, Lima-Neto & Whitaker, 2015). É preciso que haja a discussão quanto à

¹¹ A Igreja cristã católica auxiliou no surgimento de padrões tradicionais de masculino e de feminino, nos papéis sociais de homens e mulheres que parecem naturais, porém estes padrões favorecem a manutenção de uma ordem social e ideológica patriarcal e machista, que foi e tem sido divulgada e assimilada acriticamente (Leão, Lima-Neto & Whitaker, 2015).

¹² O sexismo é a discriminação fundamentada no sexo. Como descrevem Nunes e Silva (2006), é o fundamento ideológico dos estereótipos sexuais.

diversidade para se confrontar os preconceitos provenientes das questões de gênero presentes no cenário escolar, pois como alerta Mendes (2016), a discriminação muitas vezes é alimentada pela omissão dos educadores acerca deste tema, principalmente ao não falar sobre o mesmo.

No Brasil, é preciso a promoção da educação em prol da equidade de gênero e do respeito à diversidade sexual, haja vista as nefastas estatísticas das violências e discriminações baseadas em gênero, orientação do desejo sexual e na identidade de gênero (Reis & Eggert, 2017), que resultam na morte de mulheres em virtude do gênero, de homossexuais devido a orientação do desejo sexual e de pessoas trans como resultado da identidade de gênero, considerando que algo precisa ser feito de maneira a se erradicar com urgência isso. A escola precisa contribuir na direção do fomento desta educação.

A inclusão da diversidade sexual pode contribuir para auxiliar a escola no combate aos preconceitos e às discriminações, uma vez que esta instância é um espaço distinto para a constituição de uma ética que abranja o respeito à diversidade humana, bem como que fomente a solidariedade (Unesco, 2013).

Barros e Ribeiro (2012) advertem que a escola, por meio do seu currículo, desempenha papel relevante no engendramento dos corpos, dos gêneros e das Sexualidades e, por isso, se faz necessário um realinhamento de ações para ir na contramão disso. As pesquisadoras asseveram que a Educação Sexual pode extrapolar as barreiras impostas pelas disciplinas em um caminho menos arenoso, rompendo com a disciplinaridade do currículo escolar, haja vista que a Sexualidade é um assunto complexo, híbrido e que não se restringe a uma área específica do conhecimento, estando entrelaçada nas diversas áreas.

A despeito da importância do bloco de *Gênero* nos PCN, constata-se que tanto o primeiro bloco – *Corpo e Matriz da Sexualidade* – quanto o bloco *Prevenção às DST e Aids* – são mais comuns de serem trabalhados na Educação Sexual por conter a ideia de que a prevenção deve ser o escopo deste trabalho.

Em relação à discussão do bloco *Prevenção às DST e AIDs*, os PCN afirmam que não deve exacerbar a ligação entre Sexualidade, doença e morte. Todavia, eles afirmam que “[...] as informações sobre as doenças devem ter sempre como foco a promoção da saúde e de condutas preventivas [...]” (Brasil, 1998, p. 326). Observa-se neste bloco a ênfase no autocuidado, o que em si não é algo negativo, por outro lado, em virtude de se fixar às doenças pode ser prejudicial e instaurar o temor dos estudantes a este assunto (Leão, 2009).

É pertinente lembrar que os PCN não foram adotados em todos os estados brasileiros por divergências políticas, embora possa se considerar como um avanço, porque consiste em um documento educacional que reconhece o direito dos educandos a terem acesso à Educação Sexual (Maia & Ribeiro, 2011).

A inclusão da Sexualidade nos PCN lançou as bases para que este tema, que não constava em documentos educacionais oficiais, fosse inserido nas escolas. Os PCN evidenciaram a necessidade da Educação Sexual, colocando que era preciso sua inserção no sistema educacional, visto ser a Sexualidade um tema legítimo e indispensável de ser abordado, postulando que deveria ser um conteúdo incorporado nos currículos de educação básica por meio dos temas transversais (Unesco, 2013).

A inserção dos PCN trouxe à baila a discussão do currículo prescrito até então na escola, e o tema transversal *Orientação sexual* significou um avanço para o debate da Sexualidade no ambiente escolar (Leão, 2009), explicitou a importância disso. No entanto, ainda vigoram movimentos contrários à sua efetivação, e, por este motivo, é preciso se instigar a crítica e acender a resistência aos movimentos que visam deter o debate da inserção da Educação Sexual, como se tem observado nas últimas décadas no Brasil.

Ademais, é pertinente trazermos os apontamentos de Ribeiro (2017), que alertam acerca da dificuldade de contenção do retrocesso que a Educação Sexual tem passado a partir de 2014. Em sua opinião os fundamentalistas religiosos passaram a agir de forma mais contundente contra a área da Educação Sexual. Na tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE), no Congresso Nacional, a questão de gênero foi retirada do texto, e o mesmo ocorreu nos Planos Municipais de Educação. Tal retrocesso ficou mais acirrado a partir de 2016, após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e início do governo de Michel Temer, quando uma onda de conservadorismo cobriu o Brasil.

Mendes (2016) elucida que o governo apostou na política da concordância se aproximando dos setores conservadores, o que acabou inviabilizou-a, pois estes setores ao invés de se democratizarem, forçaram-no a aprovar medidas conservadoras, que enfraqueceram com isso os setores mais progressivos, resultando na fragilização do governo. Foram justamente estes setores que se posicionaram de forma favorável à retirada dos termos gênero da PNE. A pesquisadora complementa que os atores sociais destes setores manifestavam seus temores quanto a um governo que elabora política para as minorias, trazendo que as ideias da inclusão de gênero e da discussão da Educação Sexual eram próprias do Governo Dilma.

Neste contexto, “[...] os personagens conservadores, em alguns momentos se apresentaram como soldados armados, na defesa de uma ditadura contra os gêneros e as Sexualidades presentes na educação” (p. 140). Já em outros, apoiaram o desenvolvimento da tematização destes assuntos pela escola, desde que estivesse vinculada aos aspectos normativos, higienistas e profiláticos da Sexualidade (Tavano, 2021).

A vigilância à discussão destes temas se faz presente nas políticas educacionais, que são acompanhadas de perto, sobretudo, pela ala conservadora da sociedade que busca respaldo para criar embates. Na realidade, desde 2014 esta ala deu nuances que intentava, a todo modo, a continuidade de práticas discriminatórias e repressoras tentando influenciar o que é publicado no âmbito educacional, fato que extrapolou todos os limites a partir da eleição de 2018 e a vitória de Jair Bolsonaro.

É válido reforçarmos que a proposta de problematizar Sexualidade e Gênero na escola se volta a contribuir na formação do aluno enquanto ser integral, no qual a sexualidade é indissociável, sendo esta tratativa fundamental para se ter cidadãos críticos e participativos em sociedade, e para se colaborar para a desmistificação dos estereótipos sexuais, de forma que tenham ciência dos efeitos nefastos dos preconceitos, das discriminações, do sexismo, do machismo e da misoginia¹³. Mendes (2016) argumenta que Gênero e Sexualidade deveriam constar no PNE enquanto marcadores sociais da diferença, para que se concretize um trabalho no combate às desigualdades.

As diferenças presentes na sociedade, sejam de orientação do desejo sexual, de identidade sexual, de gênero, entre outras, comumente se convertem em desigualdades e acirram o segregacionismo e a exclusão social. Desconsidera-se, com isso, a igualdade de todos perante a lei, sendo imprescindível um trabalho voltado a confrontar estas desigualdades, de maneira a afiançar a implementação de uma educação concatenada aos direitos humanos, em que vigora o respeito e o acolhimento às diferenças.

2.4. O Plano Nacional de Educação e a guinada conservadora

O PNE, Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014, apresenta periodicidade decenal e determina as diretrizes, metas, bem como as estratégias das políticas educacionais brasileira (Paraíso, 2016). Com a elaboração do PNE os movimentos contrários a problematização da questão de gênero foram impulsionados, sendo que antes da aprovação deste plano o texto

¹³ Aversão, repulsa ou ódio às mulheres.

inicial fazia menção a questão de gênero, porém, na votação da câmara dos deputados federais se extrai este termo (Reis & Eggert, 2017).

Os citados autores detalham que em toda a redação do projeto inicial do PNE foi utilizado o termo Gênero, deixando claro a intenção do plano de ser um instrumento de promoção de sensibilidade à equidade de gênero. Não obstante, eles relatam que o plenário do Senado retirou do texto a flexão de gênero e da redação do inciso III a frase sobre igualdade de gênero e orientação sexual, sendo que na Câmara dos Deputados, acirraram-se os debates sobre o fenômeno intitulado *Ideologia de Gênero*. se optando, desse modo, por tirar este termo no documento. Os pesquisadores explicam que o termo Ideologia de Gênero foi utilizado pela ala conservadora do Senado e da câmara dos deputados.

Neste cenário, foi criada uma disputa ruidosa com relação ao termo Gênero, caracterizada pelos senadores e deputados desta ala como ideologia (Mendes, 2016). Em tese que discute justamente a retirada dos termos “igualdade de gênero e orientação sexual” no PNE, a autora avalia que esses políticos deixavam claro o receio de se falar de Sexualidade nas escolas, e, desta maneira, contribuir para que a escola passasse a incentivar a orientação do desejo homoafetivo.

De acordo com Ferreira (2020), tanto alguns segmentos sociais, quanto políticos, discordaram que Sexualidade e Gênero fossem tratados na escola, com argumentos que estes temas eram de cunho privado, e, por esta razão, deveriam ficar circunscritos ao contexto familiar, mobilizando esforços para conter sua inclusão no PNE.

Como discursa Ribeiro (2023, p. 101)

Acreditar que as políticas públicas estão apenas nas mãos do Poder Legislativo — que cria e aprova as leis — e do Poder Executivo — que aplica as medidas — ou mesmo do Poder Judiciário — que controla essas leis —, é desconhecer que todos, enquanto sociedade civil deve ter consciência e cobrar direitos iguais para todas as pessoas e, nesse sentido, inclui-se o direito à informação sobre sexualidade, que compõe o ser humano como um todo.

No entanto, as palavras gênero e orientação sexual foram abolidas do PNE, e a frase *superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual* que constava no documento original foi alterada, e em seu lugar foi inserido erradicação de todas as formas de discriminação. Isso ocorreu devido o PNE surgir em um cenário que emerge de movimentos reacionários desfavoráveis a tais assuntos.

Junqueira (2017) avalia que nos últimos anos, em inúmeros países, tem eclodido um movimento reacionário que encontrou no gênero um tema de suas mobilizações. Como o pesquisador explica, as expressões gênero, Ideologia de Gênero, teoria de gênero, entre outros, são acenados em tons alarmistas e trazem os riscos de se incutirem nas instituições, na política e na vida cotidiana, sendo considerados poderosos

[...] dispositivos retóricos reacionários que servem para promover polêmicas, ridicularizações, intimidações e ameaças contra atores e instituições inclinados a implementar legislações, políticas sociais ou pedagógicas que pareçam contrariar os interesses de grupos e instituições que se colocam como arautos da família e dos valores morais e religiosos tradicionais (Junqueira, 2017, p. 28).

Em artigo sobre a ideologia da Ideologia de Gênero, Tavano e Leão (2020, p. 320) discutem que existe uma vasta bibliografia e estrutura que sustenta os Estudos de Gênero, porém a ala mais conservadora da sociedade tem utilizado de fraudes e embates para desconstruir o discurso científico, empregando, sobretudo o discurso emocional e pseudocientífico em uma tentativa de dar ares aos seus discursos conservacionistas “[...] no intuito de incutir no interlocutor uma sensação de instabilidade que tal teoria poderia trazer à família e à sociedade”.

Ribeiro (2017b) aclara que os Estudos de Gênero não se pautam no senso comum e em dogmas, mas em estudos sociais e científicos. A Ideologia de Gênero surgiu em 2014 e foi um termo criado para rotular, de forma negativa, este campo científico reconhecido e em franco crescimento, como reação dos setores religiosos fundamentalistas por não aceitarem os avanços sociais que estimulavam os direitos individuais, principalmente os referentes à Sexualidade e à igualdade entre homens e mulheres. Nas palavras do pesquisador, a Ideologia de Gênero é um erro conceitual baseado em especulações opinativas, completando que “não são os Estudos de Gênero que constituem uma ideologia, mas sim seus detratores, que agem a partir de uma ‘ideologia’ (Ribeiro, 2017b, p. 1).

No vasto e consolidado campo de Estudos de Gênero e afins, gênero é um conceito e não uma teoria, tampouco ideologia, apresentando múltiplas acepções e implicações críticas (Junqueira, 2017). O autor elucidava que a Ideologia de Gênero é “[...] um dispositivo de origem vaticana urdido para promover uma agenda ultraconservadora, antifeminista e antagônica à democracia e aos direitos humanos entendidos em bases mais amplas e plurais” (p. 46).

Na análise de Paraíso (2016), a Ideologia de Gênero se alastra no Brasil em virtude dos grupos conservadores que estão no poder político e jurídico, e o objetivo desses, entre outros, é interromper as conquistas dos direitos das mulheres. Por isso, essa dita ideologia se volta a pulverizar todas as iniciativas voltadas a tratativa de gênero, veiculando-a enquanto um instrumento de instigar e ditar condutas sexuais que entram em choque com os valores conservadores. Os Estudos de Gênero, em contrapartida, buscam uma análise metódica e contextual da sociedade, de forma a contribuir para o estabelecimento de relações de gênero equitativas (Tavano & Leão, 2020).

Frente aos impasses que este tema tem gerado na sociedade, Reis e Eggert (2017, p. 20) analisam que se faz necessário se defender a igualdade de gênero, mas não a partir de uma ideologia desvirtuada e disseminada pelas forças reacionárias no debate acerca dos Planos de Educação, e, sim, no sentido de uma “[...] erradicação das iniquidades de gênero, que fazem uma distinção binária entre masculino e feminino, relegando o feminino a um plano inferior estabelecendo papéis inflexíveis de gênero para o masculino e o feminino [...]”.

Produzido para atuar enquanto dispositivo no centro da estratégia de poder, a Ideologia de Gênero se atrela a um projeto político de reformulação e de legitimação de determinada visão de sociedade, a qual está afinada aos valores e as disposições de caráter antidemocrático (Junqueira, 2017). Trata-se de um rótulo político ou slogan que tem difusão em diferentes países e que apresenta como premissa um ódio confesso, entre outros, às lutas por igualdade de direitos entre homens e mulheres e às discussões críticas sobre Gênero e Sexualidade na escola (Paraíso, 2016).

Reis e Eggert (2017) explicam que ocorre uma ampla disseminação do que se intitula Ideologia de Gênero, que é por certo uma falácia, sendo área de estudos demarcada como a responsável pela desconstrução dos papéis de gênero e da família tradicional¹⁴.

Como esclarece Junqueira (2017), são manifestações da chamada Ideologia de Gênero o machismo, o sexismo, a misoginia e a homofobia. Tem-se, em consequência deste discurso,

¹⁴ Tavano e Leão (2020, citando Perrot (2001), explicam que a família tradicional, tal como é conhecida comumente, corresponde ao casal com seus filhos, e é produto da industrialização e urbanização europeia do século XIX, que teve uma definição mais evidente de cada um dos gêneros, no qual coube ao homem o papel de provedor financeiro da família, e a mulher, por sua vez, o de ser organizadora do lar e de educar os filhos. Os citados autores alegam que está associada à família patriarcal enquanto modelo exemplar de família para os círculos conservadores. Esta família legitima e reconhece o poder masculino e subordina, por sua vez, a mulher (Leão, Lima-Neto & Whitaker, 2015). Contudo, como sinaliza Leão (2017, p.21) “a conformação da família tem acompanhado a transformação da sociedade tendo-se, por consequência, novos arranjos e composição distinta da família dita ‘tradicional’.

a instalação de um pânico moral na sociedade, que se embasa em discursos sem quaisquer fundamentos científicos, os quais manipulam as pessoas sem o devido senso crítico (Reis & Eggert, 2017).

O movimento reacionário à tratativa de gênero busca gerar o medo e o pânico, disseminando a ideia da necessidade do perigo iminente a esta discussão pela e na escola. Tavano e Leão (2020) advertem que esta ideologia vem usualmente acompanhada das palavras medo e perigo, sendo empregadas em construções textuais sensacionalistas que alertam para uma possível conspiração mundial que busca transformar o meio social e/ou familiar.

Este movimento emprega da estratégia do amedrontamento, fazendo uso de textos e manchetes com mensagens que se voltam a alarmar os pais quanto ao que os filhos têm acesso na escola sobre este tema e assuntos correlatos (Paraíso, 2016). Com efeito, fazem uso de estratégias discursivas para apresentar gênero como uma “não verdade”, como um “conto”, como um “falseamento da realidade” ou como “uma ideologia” (Paraíso, 2016, p. 399). Formulam argumentos sem fundamentos científicos, que são ligeiramente replicados nas mídias sociais como se fossem verdades inquestionáveis, utilizando-se do terrorismo moral e atribuindo status negativos às pessoas que se colocam favoráveis ao respeito à igualdade de gênero e a discussão da diversidade sexual na educação (Reis & Eggert, 2017).

Junqueira (2017, p. 44) descreve que o que está por trás são narrativas antigênero que acenam que as crianças não devem sofrer “interferências indevidas por parte de escolas, que, ao sabor da implantação de uma ditadura do *gender*, teriam se convertido em “campos de reeducação e doutrinação”. Estas narrativas apregoam gênero como uma doutrina, a qual se volta a desconstrução de valores sociais, que dissemina um estilo de vida que incita a experimentação sexual desde a tenra idade (Reis & Eggert, 2017).

Cabe ponderarmos aqui que subjaz, em tais narrativas, alertar às pessoas para a necessidade de que algo deve ser feito para evitar o que compreendem por permissividades, de maneira a impedir que gere uma possível instabilidade no tecido social (Tavano & Leão, 2020).

Conforme ilustra Paraíso (2016, p. 398) “com slogans, chamadas, textos e cartilhas alarmistas e informações claramente distorcidas, a internet e a mídia em geral encheram-se de opiniões e chamadas contra o ensino sobre questões de gênero e Sexualidade na escola”, que na sua opinião são descabidas e buscam desconstruir todo o trabalho que é feito nas escolas acerca destas temáticas. Ainda pior, intimidam profissionais da educação que ousam abordar estes assuntos em sala de aula (Reis & Eggert, 2017).

O cerceamento do termo gênero, como Torrada, Ribeiro e Rizza (2020, p. 47) proferem, “se fez presente também na sua tramitação nos Estados brasileiros, com a tramitação dos Planos Estaduais de Educação e, posteriormente, nos municípios com os Planos Municipais de Educação”. Neste contexto, estava em curso mobilizações conservadoras pela exclusão da menção aos termos gênero e orientação sexual nos Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação (Junqueira, 2017). Aprovadas as Leis Municipais e Estaduais dos respectivos Planos de Educação, incidiu um movimento direcionado a impedir que os estabelecimentos educacionais abrangessem as questões de gênero (Reis & Eggert, 2017).

Estas discussões evidenciam o enfrentamento para que seja efetivado o debate das temáticas de Sexualidade e de Gênero na escola, desconsiderando todo o aparato científico, já que inúmeros trabalhos científicos atestam e legitimam a necessidade deste debate. Como alerta Paraíso (2016), as sutilezas empregadas pelos grupos contrários a este debate são inúmeras, entre elas a destituição do gênero de seu caráter de ciência. No entanto, apesar destes estratagemas, não conseguem ocultar que a escola é reconhecida no âmbito social enquanto instância distinta para a abrangência destas temáticas.

Como considera Ribeiro (2020), independente do cerceamento que grupos religiosos ou políticos queiram impor, a tratativa da Sexualidade na escola é questão de direitos. Importa ressaltar que os direitos sexuais e reprodutivos são direitos humanos que são largamente reconhecidos nas leis nacionais e em documentos internacionais, que trazem o direito à informação e à Educação Sexual (Brasil, 2009). Complementando, Ribeiro (2013) vê a Educação Sexual como uma questão de cidadania.

Convém fazer um adendo frente a discussão aqui tecida, colocando em pauta o tema ideologia. Leão, Lima-Neto e Whitaker (2015, p. 989) esclarecem que “[...] o conceito de ideologia é amplo, sendo discutido por filósofos, sociólogos, psicólogos, historiadores, cientistas políticos, dentre outros”. Após essa consideração, os citados autores fazem menção a Marilena Chauí (1980), que define este conceito como “[...] um conjunto sistemático e coerente de valores e de regras de condutas, os quais indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que e como devem pensar, o que devem fazer e como devem proceder.” Os pesquisadores enfatizam que a ideologia é uma máscara da realidade que se legitima em um discurso hegemônico, elaborado e imposto pela ótica dos grupos dominantes que obstrui a percepção da verdade pelos grupos dominados. Desse modo, os dominados assimilam como interpretação inequívoca da realidade a visão dos dominantes.

Esse entendimento justifica a pertinência de se discutir Sexualidade e Gênero, não somente para que no ambiente escolar se introduza novos conteúdos na organização dos currículos, mas, sobretudo, para que os estudantes, majoritariamente pertencentes aos grupos dominados, não assimilem de maneira acrítica o discurso hegemônico. Face a isso, é preciso que se apropriem das ferramentas teóricas que lhes permitam desmascarar e problematizar a realidade, confrontando o “discurso oficial”, contido não somente nos livros didáticos, mas, inclusive no conteúdo discursivo do professor, o qual poderá conter, intencionalmente ou não, suas idiossincrasias. Nesta perspectiva, se torna possível a antítese discursiva que acena novas abordagens de Sexualidade e Gênero, cuja prática poderá resultar em relações entre homens e mulheres que sejam equânimes e equitativas, pautadas na cidadania plena.

Enfim, Gênero e seus pressupostos teóricos não se configuram enquanto ideologia, por ser um campo teórico legítimo, o qual se estruturou enquanto área de estudos. Todavia, como toda a teoria pode auferir contornos ideológicos, priorizando seus preceitos sobre as demais ideias, não se abrindo para o diálogo, tampouco para o confronto. Afinal, todo o radicalismo é pernicioso, podendo instalar a imposição de um discurso que se diz não hegemônico, mas que suscita uma nova interpretação inequívoca da realidade, o qual não se pode contestar, quiçá criticar.

Em face deste cenário de discussões acaloradas, é preciso lembrar que as questões envolvendo a inclusão das temáticas relativas à Educação Sexual foram combatidas nas comissões que discutiram o PNE, bem como os Planos Estaduais de Educação (PME), bem como os Planos Municipais de Educação (PME).

Ferreira (2020) indica que em virtude da não inclusão da Sexualidade e de Gênero no PNE sugeriu-se que poderiam integrar os Planos Estaduais e Municipais de Educação, porém quando estes planos adentram o legislativo são vetados, com argumentos contrários a tais teores, sendo, por isso, barrados. O que significa que os debates avessos a sua inserção no PNE influenciaram e encontraram ecos na elaboração destes Planos.

Para a citada autora tais assuntos perdem seu caráter objetivo e educativo nestes documentos, se vinculado no máximo ao combate da violência sexual, sendo que o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação publicaram notas de repúdio a exclusão destes assuntos, denunciando que a ausência nos Planos faz com que sejam incompletos.

Outro aspecto relevante que a autora traz à tona é que quando da elaboração da BNCC ficou mais simples retirar tais temas, porquanto não faziam parte do PNE, ainda que seja, como aponta Ferreira (2020) injustificável tal procedimento.

Dando sequência ao presente trabalho, será discutido, na sequência, a BNCC, outro importante documento elaborado no entorno deste debate.

2.5. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC)- a exclusão de Gênero e Sexualidade

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo, que estabelece o conjunto de aprendizagens efetivas que os educandos devem desenvolver ao longo das modalidades da educação básica, em conformidade com o que postula o PNE. Este documento contém o que se considera como as aprendizagens fundamentais aos estudantes do Brasil.

Nesta perspectiva, caberia aos Estados e Municípios o desenvolvimento de orientações curriculares, que contemplariam conteúdos afora os mínimos previstos na BNCC, a parte diversificada que traduziria a realidade regional, bem como cultural de cada território (Tavano, 2021; Vizentim, 2020).

Este documento expressa que tem por finalidade a formação humana integral de forma a se ter uma sociedade justa, democrática e inclusiva (Brasil, 2017), e foi homologado em 2017, contendo orientações específicas para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, e no ano seguinte recebeu orientações para o Ensino Médio.

Vizentim (2020, p. 17) aponta que a BNCC passou por todo um processo de elaboração que culminou em três versões: a primeira em 2015, a segunda em 2016 e a última, em 2017 quando foi aprovada. Há diferenças entre estas versões.

Desidério (2020), em estudo que analisa este documento, contextualiza que em 2015 o MEC instituiu uma portaria de nº. 592, junto com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), grupo que seria responsável pela redação deste documento, e em setembro apresentou a primeira versão em consulta pública, e em meados de 2016 a segunda versão, sendo que em junho e setembro de 2017 o Conselho Nacional de Educação (CNE) promoveu audiências públicas, e em dezembro deste mesmo ano, o documento teve aprovação e foi homologado pelo Ministro da Educação.

No mês de setembro de 2015 foi divulgada a primeira versão da BNCC que foi disponibilizada na internet para consulta pública, e recebeu mais de 12 milhões de contribuições de distintas entidades de educação e da sociedade, de forma geral. A segunda versão deste documento foi apresentada no ano seguinte, em 2016, e contou com a contribuição das Secretarias Estaduais de Educação de todo o país e de mais de 9 mil profissionais da Educação.

Antes do envio da versão prévia da terceira e última versão da BNCC à jornalistas, o MEC entregou o texto ao CNE, órgão responsável por emitir parecer antes da homologação. Após, o texto final da BNCC chegou com alteração, ocasião em que foram removidos os termos gênero e de orientação sexual, justificado pelo MEC devido a necessidade de ajustes na redação no documento final, de forma a se evitar redundâncias e controvérsias, explicitando que não houve alterações que comprometessem os pressupostos do documento.

O texto inicial do BNCC trazia as palavras Gênero e Sexualidade, enquanto no texto final os trechos em que estes termos aparecem foram extraídos. Desse modo, na BNCC houve a supressão das abordagens de Gênero e Sexualidade, e por conseguinte, ficaram condicionada aos aspectos biológicos que envolvem esta temática, ignorando-se, com isso os aspectos psicossociais e afetivos (Tavano, 2021).

De acordo com Desidério (2020), a Sexualidade era um termo que ficou evidenciado na terceira versão da BNCC, porém, a bancada conservadora do Congresso não mediu esforços para sua remoção. A propósito, retiraram tanto este termo, quanto as palavras afins, como gênero, orientação sexual e identidade de gênero.

A retirada destes termos no documento foi contraproducente, pois poderia ter mantido e apresentado métricas para que fossem problematizados no âmbito educacional. Então, a ausência da menção destes termos na BNCC é um anacronismo, uma vez que é o esteio que orientará a elaboração das matrizes curriculares da educação no Brasil, pois pode abrir precedentes para que não seja realmente incorporado nos processos educativos.

Na elaboração deste documento participaram vários profissionais, muitos dos quais integrantes de grupos acadêmicos, conselhos educacionais, contando ainda com os apontamentos de inúmeros professores e da população nas consultas públicas efetivadas (Vizentim, 2020), contudo, o texto final da BNCC passou pelo crivo do CNE, que realizou alterações neste documento.

Na ponderação de Ferreira (2020), considerando que muitas pessoas e associações estiveram envolvidos em sua discussão, isso leva a crer que o processo elaborativo da BNCC foi democrático, embora tenha sido marcado por conflitos, atravessamentos de discussões e relações de poder.

Enfim, a terceira versão da BNCC é lançada, não obstante toda a controvérsia em sua confecção, deixando à par as temáticas de Gênero e Sexualidade. Nesta versão se abdica da proposta fundamentada em objetivos de aprendizagem, passando ao uso de competências, que aproxima a escola da lógica da formação para o trabalho (Ferreira, 2020).

De fato, dentro das aprendizagens essenciais que a BNCC define, deve-se assegurar aos educandários o desenvolvimento de dez competências gerais, sendo competência definida como a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para solucionar as demandas da vida cotidiana no pleno exercício da cidadania. Portanto, a BNCC recomenda que as ações pedagógicas sejam orientadas para o desenvolvimento das competências, de maneira que os alunos venham a saber mobilizar os conhecimentos e habilidades adquiridos na vida cotidiana (Brasil, 2017).

A BNCC é um documento formal, todavia não explicita a forma com que os professores devem trabalhar os conteúdos, preservando, com isso a autonomia docente, que deverá, de acordo com sua realidade, elaborar estratégias para o desenvolvimento das habilidades.

As competências gerais da Educação Básica que as BNCC trazem são:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as

relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. 7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. 8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas. 9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. 10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (Brasil, 2017, p. 9-10).

Este documento evidencia o compromisso com a educação integral do aluno, atribuindo à escola o papel de espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, e, neste sentido, coloca que deve avigorar a prática da não discriminação, de não preconceito e do respeito às diferenças e às diversidades.

Ferreira (2020, p. 154), ao analisá-lo, crítica que

oferecer os mesmos conteúdos e materiais a alunos com diferentes experiências, conhecimentos, desejos e possibilidade de aprendizagem, perpetua as desigualdades entre eles e desrespeita seus direitos, transformando-os em obrigações limitadas por normas que não os atendem.

De acordo com Vizentim (2020), a BNCC não se coloca como currículo, mais é norteadora dos conteúdos que devem ser abrangidos em todo território nacional, e foi desenvolvida à luz dos PCN, não anulando-os, sendo um sucessor, deixando mais evidente o conteúdo a ser trabalhado em cada ano. O pesquisador completa que a BNCC propõe o desenvolvimento de habilidades focadas em objetos de conhecimento. Dentro das distintas áreas nas quais organiza os componentes curriculares, ele chama atenção para a nomeada Ciências da Natureza, a qual está localizada o componente curricular Ciências, e que estruturado nas unidades temáticas ‘Matéria e Energia’, ‘Terra e Universo’ e ‘Vida e Evolução’, esta última muito importante, por trazer o desenvolvimento de habilidades atrelada à temática da Educação Sexual.

Estas três unidades temáticas, como refere Desidério (2020), organizam os conteúdos no currículo que nos PCN eram nomeados de blocos temáticos (Ambiente, Ser humano e Saúde, Recurso Tecnológicos, Terra e Universo). O autor continua sua apreciação postulando que alinhado a estas unidades, a Ciências da Natureza é organizada em um rol de habilidades, em que a complexidade acende uma distribuição equilibrada entre os conteúdos tradicionais curriculares, não sendo fraturada como outrora ocorria, culminando que sejam trabalhadas em todos os anos escolares, o que ele considera um avanço.

A componente curricular Ciências da BNCC, mais precisamente a unidade ‘Vida e Evolução’, inclui o estudo voltado às questões pertinentes aos seres vivos, e é um eixo que dá margem para a abordagem das questões da Sexualidade (Desidério, 2020). Como avalia Vizentim (2020), esta unidade traz objetos de conhecimento acoplados ao corpo humano e ao respeito à diversidade, temas relacionados às distintas dimensões da Sexualidade humana. Embora não faça menção a expressões como Educação Sexual, este documento, na apreciação do pesquisador, contém de forma subentendida em seus apontamentos a necessidade de sua tratativa em sala de aula.

Dentro do conteúdo da área de Ciências a BNCC traz que nos anos iniciais da Educação Infantil é preciso propiciar que as crianças ampliem seus conhecimentos sobre corpo, sabendo identificar os cuidados necessários à manutenção da saúde e da integridade do organismo, desenvolvendo atitude de respeito e acolhimento às diferenças individuais. Já nos anos finais, pode-se abranger temas relativos à reprodução e à Sexualidade humana, temas estes de grande interesse e de relevância à faixa etária desta etapa educativa.

Desidério (2020) discute que a unidade “Vida e Evolução” do 1º ano tem por objetivo de conhecimento trabalhar o corpo humano e as suas habilidades, que por sua vez se voltam: a localizar, nomear e representar graficamente (por meio de desenhos) partes do corpo humano e explicar suas funções; a discutir as razões pelas quais os hábitos de higiene do corpo (lavar as mãos antes de comer, escovar os dentes, limpar os olhos, o nariz e as orelhas, etc.) são necessários para a manutenção da saúde; assim como, comparar características físicas entre os colegas, reconhecendo a diversidade e a importância da valorização, do acolhimento e do respeito às diferenças.

O citado autor pondera que tais habilidades podem nortear o trabalho do professor para a abrangência da Sexualidade, podendo, por exemplo, aproveitar a atividade de localizar, nomear e representar graficamente o corpo para discutir as denominações científicas dos órgãos

sexuais masculino e feminino e para tratar de gênero. Do mesmo modo, na habilidade de comparar características físicas entre os colegas, reconhecer a diversidade e a valorizar o acolhimento e do respeito às diferenças, pode promover o debate para além dos aspectos físicos, inserindo questões, tais como “[...] menino é mais forte que menina? Menino não chora? Menino que chora é mulherzinha? Isto por si só, evidenciaria uma experiência incrível em sala de aula tanto para o professor quanto para seus alunos” (Desidério, 2020, p. 108).

A habilidade de discutir os hábitos de higiene do corpo, tais como de higienizar as mãos antes das refeições, assepsia do rosto, entre outros, é salutar para a manutenção da saúde. Como o pesquisador destaca, a higiene dos genitais não é prática ensinada por vezes nas famílias, e muitos adultos desconhecem tais cuidados, fato que pode ser verificado na elevada incidência de câncer de pênis, a qual tem como razão principal a falta de higiene (Desidério, 2020).

Nota-se, na BNCC, uma concentração desse tema na seção Ciências da natureza, o que não ocorre nas demais áreas, o que evidencia que está mais atrelada à questão da saúde, desvelando que apresenta a Sexualidade pelo prisma de saúde pública, estando atrelado a um controle de condutas e comportamentos sexuais.

À vista disso, podemos fazer um paralelo com os PCN, que traziam esta mesma preocupação. A Sexualidade é apresentada na BNCC limitada ao aspecto biológico, trazendo a discussão do corpo atrelada aos conteúdos relacionados às IST, reforçando, com isso, a profilaxia de doenças e outros ‘ditos’ problemas de natureza sexual, da mesma forma que ocorria nos PCN.

Enquanto documento educacional os PCN não apresentam um caráter normativo, embora explicitem a necessidade da abordagem da Sexualidade pela escola. A BNCC, por sua vez, é um documento normativo, mas não explicita esta necessidade. Logo, este documento significou um retrocesso à tratativa deste assunto na escola.

Fagundes (2019), discorre que era de se esperar que este documento fizesse alguma menção às questões de gênero, principalmente no que tange aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento da educação infantil, porém isso não ocorreu.

É válido destacarmos que a BNCC não traz uma interdição a tratativa destes assuntos na escola, ao passo que ao não fazer menção aos mesmos deixa o professor sem um amparo documental para os abranger. Aliás, o documento que pode servir de amparo legal são os PCN.

Adentrando a esta reflexão, Desidério (2020) enfatiza o retrocesso que representou a ausência das temáticas da Sexualidade neste documento, a qual pode ser conferido nas versões

propostas, seja para o ensino de Ciências, assim como, para outras áreas do saber. Nos dizeres do autor “[...] resta saudosamente lembrarmos dos PCN (Brasil, 1997) que sem dúvidas, ainda representam um marco histórico e oficial da Educação Sexual nas escolas” (p. 109-110). Com efeito, os PCN são o documento norteador oficial concernentes às questões de Sexualidade.

A BNCC foi elaborada em um cenário de intenso movimento social contrário a inclusão da Sexualidade e de Gênero na escola. O palco de fundo é a Ideologia de Gênero que trouxe à tona uma onda de conservadorismo, que acendeu posicionamentos adversos ao debate destes assuntos pela e na escola e, por este motivo, foram termos extraídos deste documento, resultando em um anacronismo se comparado aos PCN. Em virtude do silenciamento da BNCC, a referência nacional dessas temáticas ainda são os PCN (Tavano, 2021), embora não tenham caráter obrigatório, trazem o trabalho de Educação Sexual de forma contextualizada (Ribeiro, 2020).

Como bem pondera Fagundes (2019), ao contrário da sólida educação pautada na justiça social, na construção da cidadania e no exercício real dos direitos humanos que era esperado se vivenciar neste terceiro milênio, é evidente os pontos de tensão que emergem no país, tendose retrocessos, entre estes, nas políticas educacionais, em virtudes das ondas conservadoras, autoritárias, fundamentalistas e ditatoriais que coagem as escolas e os professores a não falar de Sexualidade com os estudantes.

Considerando a exclusão desta temática na BNCC, importante documento educacional, a resistência “é uma ação necessária e fundamental para um efetivo trabalho de Educação Sexual com crianças nas escolas” (Desidério, 2020, p. 110), e é preciso a tematização da Sexualidade e de gênero com este público, visando se contribuir para o combate do machismo, da misoginia e do sexismo presente de forma tão intensa na sociedade.

A BNCC requer a reformulação do Projeto Político Pedagógico da escola, momento este que se pode assegurar o espaço legítimo da Educação Sexual (Ferreira, 2020).

SEÇÃO 03

SEXUALIDADE E O ÂMBITO ESCOLAR - EMBATES E DEMANDAS

Apesar do cenário atual ser marcado pelas ações de grupos reacionários, principalmente em relação à tratativa da Sexualidade e de gênero na escola, isso não consegue conter a necessidade desta discussão. Torrada, Ribeiro e Rizza (2020) alegam que como forma de resistência a estes grupos o espaço da escola, enquanto instituição laica, apresenta algumas propostas educacionais que reconhecem o pluralismo, e fomenta ações que propiciam tratar estas temáticas. As autoras comentam que estas ações de resistências são necessárias, haja vista a força conservadora e reacionária que visa o controle acerca das questões de gênero e Sexualidade no currículo escolar.

Ferrari, Gomes e Berto (2020, p. 241) acenam que existem resistências nas escolas, as quais incidem na análise do próprio fazer docente e no olhar para os estudantes, de modo a aferir nas conversas e nas dúvidas as inscrições das relações de gênero e Sexualidade. De forma semelhante, Furlani (2011, p. 23) enfatiza que “o contexto educacional é campo não apenas de produção e reprodução das representações excludentes, mas também como local de contestação e resistência de grupos subordinados”.

Paraíso (2016, p. 406) discorre sobre resistência explicando que ela apresenta a potencialidade da “[...] transformação que necessitamos para habitar a terra, para operar no campo curricular e para impedir o controle dos currículos e o silenciamento das questões de gênero e Sexualidade na escola”.

Neste contexto, “o ‘não’ passa a ser só o começo de uma força que tem de seguir, caminhar, movimentar-se e sugerir estratégias que driblem essa onda reacionária, a qual vem para controlar o currículo e práticas pedagógicas das/os professoras/es” (Torrada, Ribeiro & Rizza, p. 51). Como Paraíso (2016, p. 408) alerta, é preciso fazer desse não uma resistência, para extinguir as sequelas do poder. “Resistir é fazer do “não” uma intensidade de vida como potencialidade de mudanças. Após o não é preciso todo um movimento intensivo que mobiliza agenciamentos potentes para encontrar saídas”.

Na perspectiva de Ferrari, Gomes e Berto (2020), as discussões de gênero e Sexualidade acendem na escola a identificação das pequenas possibilidades de fugas, de resistências e de micropoderes cotidianos, de maneira a se pensar outras formas de se apreender o mundo.

Indo na contramão do discurso reacionário, o qual refere que discutir Sexualidade instiga um interesse sexual não existente nos estudantes, macula os valores e princípios das

famílias, entre outros, é preciso reiterarmos que a necessidade da discussão deste tema no âmbito escolar se ancora nos direitos humanos, é algo indubitavelmente de direito.

Torrada, Ribeiro e Rizza (2020) ressaltam que a escola é um ambiente “generificado” e “sexualizado”, que avigora os estereótipos de gênero e Sexualidade, e é pujante que estes temas estejam inseridos nas questões a serem, como elas intitulam, (des)construídas com os estudantes, professoras/es e com a equipe pedagógica e diretiva. Estes estereótipos estão presentes na sociedade, e cabe à escola, enquanto instituição formadora e fomentadora dos saberes científicos, problematizá-los (Tavano, 2021).

Paraíso (2016, p. 389) advoga que a resistência é uma estratégia, uma reação ao poder que “[...] abre espaços, abre caminhos, cria possibilidades. A resistência cria um re-existir, ou seja, um existir de um outro modo”, que possibilita ir contra o cerceamento dos currículos e o silenciamento quanto das questões de Gênero e Sexualidade pela e na escola, porque a resistência dá brecha a criação dos possíveis que é potencial de criação.

Torrada, Ribeiro e Rizza (2020) explicitam que o poder é uma relação de forças que não está presente somente no Estado e na polícia, mas inclusive nas diferentes relações sociais, a saber, pais sobre os filhos, filhos sobre pais, homens sobre mulheres, mulheres sobre homens, professores sobre alunos, entre outros. As autoras enfatizam que onde há poder, tem-se resistência, visto que onde não se pode resistir e não se tem liberdade, tem-se assim, uma situação de violência e não de poder; e elucidam que a resistência é uma força que busca suscitar a crítica e questionar as verdades.

A despeito das relações de poder, a Sexualidade e as relações de gênero devem e podem ser abordadas na escola, já que são saberes inerentes ao conhecimento humano. Entretanto, frisamos que esta Instituição não pode coadunar em ser aplicada como ferramenta de grupos conservadores contra a tratativa de gênero, grupos estes que se voltam a modernizar a dominação masculina, indo na contra mão dos direitos humanos, robustecendo o sexismo, a misoginia e o machismo. Lembrando que como afirmam Ferrari, Gomes e Berto (2020), a escola é lócus de produção dos sujeitos, podendo contribuir para se ter uma sociedade equânime e inclusiva. O que coloca a necessidade da resistência.

Em suma, resistência é o professor se ver desafiado a encarar o aluno como ser integral, cognoscente, e sexual, estando disposto e disponível a tratar da Sexualidade e das questões de gênero como algo natural e salutar ao desenvolvimento do mesmo. Resistência passa por conseguir não ser contaminado por discursos conservadores que apregoam que gênero e

Sexualidade são danosos ou desnecessários de serem abrangidos no âmbito escolar, tendo uma postura crítica frente ao que está posto.

Não obstante, por vezes este profissional receia abranger estes assuntos, optando por se omitir. Como declara o Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (GTPOS, 1999, p. 7-8), tanto o que se efetiva, como o que se omite, instrui a criança e fornece uma compreensão da Sexualidade, seja “Perguntas respondidas ou ignoradas, atos de carinho ou de rejeição do pai ou da mãe entre si ou para com os filhos, atitudes, gestos ou palavras diante da Sexualidade são elementos com que uma criança conta para elaborar sua vida sexual”.

Essa omissão fomenta a desinformação, sendo que crianças desinformadas acerca deste assunto são suscetíveis ao aliciamento por agressores sexuais¹⁵, porquanto é comum estes se apropriarem das que desconhecem os seus direitos de dizer ‘não’ a incursões indevidas, incômodas ou estranhas aos seus corpos, e, por isso é preciso um trabalho específico de sexualidade que envolva esta população.

O GTPOS (1999) adverte que a desinformação aliada a ausência de conhecimento afeta as crianças, dificulta que adquiram habilidades de proteção, afora que afeta as suas possibilidades futuras de uma vida sexual harmoniosa. Assim sendo, a informação em sexualidade é um instrumento de prevenção à violência sexual infantil.

O documento intitulado “Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade”, da UNESCO, pronuncia que é preciso se fazer uma escolha- deixar que as crianças façam suas descobertas sobre este assunto, podendo ter acesso a informações fragmentadas e a desinformações que podem obter na mídia, na internet, de pares ou pessoas relapsas, ou acolher o desafio de se oportunizar a elas uma Educação Sexual fundamentada nos direitos humanos (Unesco, 2019). É preciso reconhecer que a internet e as mídias podem ser fontes de informações quanto à sexualidade, porém não fornecem informes embasados cientificamente, podendo fornecer conteúdos enviesados.

A mídia, as redes sociais, a televisão e os meios de comunicação trazem conteúdos sobre Sexualidade, porém nem sempre de forma apropriada e livre de preconceitos (Ribeiro, 2020), que influenciam na construção da erotização precoce das crianças. A erotização infantil, incitada por vezes por instâncias como a mídia é comum, e se coloca a serviço da informação

¹⁵ Na literatura científica é comum encontrarmos diferentes termos para fazer menção ao autor da violência sexual infantojuvenil, tais como autor da agressão, abusador, violentador, agressor, explorador, perpetrador sexual, entre outros. Neste trabalho será empregado o termo agressor sexual.

e do entretenimento acerca de questões sexuais, influenciando os indivíduos (Reis, Muzzeti & Leão, 2014).

Com efeito, os meios de comunicação como um todo disseminam anúncios e informações as mais diversas sobre Sexualidade, transmitindo, com isso, valores ideológicos (Petrenas, 2015). Valores estes que interferem como a Educação Sexual é percebida. Como expõe Paraíso (2016), é comum se encontrar na mídia¹⁶ inúmeras opiniões de chamadas que se opõem ao ensino que inclua as questões de Sexualidade e de gênero na escola.

As crianças se encontram vulneráveis e suscetíveis aos conteúdos e as mensagens procedentes de diversos veículos midiáticos, as quais por vezes instigam a erotização, contudo elas, em decorrência da pouca idade, não têm discernimento para compreender este fato (Reis, Muzzeti & Leão, 2014). Por este motivo, é importante serem devidamente acompanhadas por adultos de confiança, se possível por membro familiar próximo, quando do uso destes veículos.

Concordamos que tanto a ausência de informação, como a incitação a uma prática sexual precoce¹⁷ são danosas ao desenvolvimento de uma sexualidade infantil saudável¹⁸, como refere Leão (2009). A autora alega que é imprescindível as crianças terem na escola um ambiente acolhedor para a aprendizagem dos distintos aspectos da sexualidade, sendo informados dentro do seu nível cognitivo.

As evidências atestam que as crianças e os jovens são favorecidos com informações científicas “comprovadas, livres de julgamentos e apropriadas para a idade e para o estágio de desenvolvimento, dentro um processo cuidadosamente planejado desde o início da educação formal” (Unesco, 2019, p. 87).

À vista disso, a escola precisa criar um espaço propício e seguro para a abrangência da Sexualidade, devendo estabelecer um conjunto de regras, a serem seguidas, entre estas: evitar comentários que exponham os alunos; não fazer perguntas pessoais; respeitar o direito deles de não fazer perguntas; reconhecer que todas as questões são legítimas; respeitar a opinião de terceiros, manter a confidencialidade e o respeito, entre outros (Unesco, 2019).

A criticidade precisa ser estimulada na escola, haja vista as influências negativas dos meios midiáticos, e esta instância tem por incumbência a educação dos indivíduos em sociedade (Reis, Muzzeti & Leão, 2014, p. 643). Nos dizeres dos autores, mais do que nunca a

¹⁶ Aqui a autora faz menção a mídia “descompromissada com a justiça social e com as lutas dos/as diferentes” (Paraíso, 2016, p. 408).

¹⁷ Entende-se por precoce quando a pessoa não apresenta maturidade física, cognitiva e psicológica para iniciar a prática sexual.

Educação Sexual tem um papel fundamental como uma importante atenuante dos impactos ocasionados pelos fortes apelos eróticos da mídia na formação da criança, encontrando nos questionamentos e debates sobre a Sexualidade caminhos passíveis de serem utilizados e trabalhados nos espaços escolares.

Na percepção de Teixeira (2010), a Sexualidade ajuda a tecer o enredo comunicacional da mídia, uma vez que é constante o apelo da publicidade às manifestações de Sexualidade. Isso desvela sua influência nas condutas das pessoas, porquanto acaba naturalizando-as.

De acordo com Vizentim (2020), a maneira pela qual a sociedade aborda a Sexualidade, mais especificamente a mídia, faz com que este assunto seja evidenciado de forma mais expressiva. O autor lembra que a questão não está em falar, desmitificar e contextualizar sobre Sexualidade, mas, sim, na abordagem equivocada tão comum que a mídia faz, que provoca, muitas vezes, a desorientação dos alunos, e não uma demonstração fidedigna da realidade, que instiga a prática em detrimento da informação.

Para Ribeiro e Reis (2007), a partir do ingresso da criança na escola deve-se dar início a Educação Sexual, devendo se estender durante todo o seu período de escolarização. No interior desta discussão é preciso salientar que as crianças apresentam o direito a ter acesso a esta educação (Leão, 2009), conforme mencionado outrora.

O preparo de crianças e jovens para a idade adulta, tendo com questão cerne a Sexualidade, é um desafio da sociedade, e, por sua vez algo necessário, visto que precisam ser devidamente informados e equipados com conhecimentos para fazerem escolhas responsáveis em sua vida social e sexual. Uma quantidade ínfima deste público tem acesso à Educação Sexual, o que os deixa suscetíveis a atitudes sexuais nocivas, evidenciando a falha das pessoas encarregadas de responsabilidade na sociedade em cumprir com suas obrigações com a nova geração (Unesco, 2019).

Carneiro et. al (2015) dizem que a Educação Sexual para adolescentes é uma necessidade social, pois pode auxiliá-los a atenuar os agravos da vida pessoal e social que comumente experenciam nesta faixa etária em função da repressão sexual.

O termo gravidez precoce ou não planejada está presente no discurso educacional, resultado em geral da falta de um planejamento e de prevenção, ainda tem um contorno de problema social (Leão, 2009). literatura científica atual tem empregado o termo gravidez não intencional.

A gravidez na adolescência ocasiona o ingresso na vida adulta, visto a responsabilidade de se ter de criar uma vida, entretanto isso ocorre sem o devido preparo psicológico, situação essa que as jovens mães são obrigadas a alterar o modo de vida. Isso ocorre como resultado da falta de Educação Sexual, da não adoção adequada de métodos contraceptivos (Carneiro et. al, 2015).

Fávero et al. (2019) explicam que muitos adolescentes iniciam a vida sexual sem ciência de seus corpos e de como utilizar os métodos contraceptivos. Os referidos autores acrescentam que persistem os mitos que cercam este assunto, e citam o conceito equivocado que este público comumente traz que na primeira relação sexual não é possível engravidar.

A maternidade adolescente é abordada ainda enquanto um dilema o qual a sociedade precisa intervir. A paternidade adolescente, por sua vez, não recebe a devida atenção, sendo praticamente inexplorado no campo científico (Fávero, Leão, Ribeiro & Zuin, 2019).

Os citados autores em pesquisa intitulada “Paternidade na adolescência: analisando seu significado, os desafios e suas consequências” desvelam uma das facetas da paternidade nesta etapa de vida; a questão da dificuldade de os adolescentes permanecerem nos bancos escolares.

É preciso uma Educação Sexual sólida que estimule a reflexão dos adolescentes quanto da necessidade da prevenção da gravidez e das IST (Fávero, Leão, Ribeiro & Zuin, 2019). É engano supor que isso ocorre a contento, uma vez que vigora um descuido concernente ao desenvolvimento da Sexualidade dos adolescentes, a despeito de ser um período peculiar e marcado por inúmeras transformações, tanto físicas, quanto emocionais, que evidenciam a necessidade desta educação (Leão, 2009). Certamente os adolescentes apresentam dúvidas e questionamentos concernente aos assuntos afins à Sexualidade, e, por isso, é importante que as escolas fomentem esta discussão.

A escola apresenta papel fundamental quando se discute a necessidade da inserção da Educação Sexual, porquanto é um ambiente apropriado para a aprendizagem não só da autonomia, mas, também, dos métodos contraceptivos, das IST e, sobretudo, para o desenvolvimento da autonomia do estudante (Carneiro et. al, 2015).

A Sexualidade é intrínseca ao ser humano e, por esta razão, não tem como permanecer fora da escola, estando presente na singularidade dos atores escolares, nas relações que são estabelecidas entre eles (Petrenas, 2015). Todavia, muitos pais receiam que a escola a aborde, devido o receio que isso venha a despertar o interesse dos filhos por este assunto. Este é um equívoco, primeiro porque esta abordagem não tem por intento acender o interesse deles, e, sim

de propiciar que tenham formação; segundo, porque este conhecimento contribui para que eles saibam se prevenir melhor (Fávero, Leão, Ribeiro & Zuin, 2019), tendo ciência, entre outros, de seus corpos. Como evidencia o GTPOS (1999), alguns estudos científicos mostram que os estudantes que recebem Educação Sexual têm a tendência do adiamento da prática sexual.

Furlani (2011) explica que o entendimento da educação sexual enquanto pernicioso à infância, a qual estimula a sexualidade das crianças precocemente e incentiva a prática sexual, é inverossímil e merece ser devidamente problematizada e questionada. Inverdades como estas são improdutivas, e trazem sérios entraves à área.

Convém destacar que as evidências científicas mundiais atestam que os programas de Educação Sexual não trazem efeitos negativos, no sentido de acelerar o início da atividade sexual dos alunos, ao contrário, demonstram que em geral ocorre o retardamento desse início (Unesco, 2019). Como adverte Ribeiro (2020), é um equívoco pensar que esta educação vai os estimular a ter relação sexual mais cedo, ou que se volta a doutriná-los.

Segundo Vizentim (2020), em muitas instâncias sociais tem-se posturas ferrenhas contrárias a inserção dos temas afins à sexualidade nas escolas, o que decorre do equívoco de se considerar que os discutir irá cooperar para instigar o interesse sexual de crianças e adolescentes, ou ainda, que vai os impelir a seguirem modelos sexuais que fogem dos aceitos socialmente, ou seja, que extrapolem a heteronormatividade¹⁸.

O objetivo do trabalho da Educação Sexual é proporcionar informações de sexualidade permeada pela reflexão, provendo aos estudantes um espaço dinâmico, acolhedor e livre, no qual possam apresentar suas questões sem serem criticados, tampouco rotulados. É válido citar que quando neste trabalho não se fomenta a reflexão, os educandários são prejudicados, porquanto regras prescritas apenas auxiliam no enquadramento das pessoas, servindo como artefatos da coerção (Leão, 2009; Ribeiro, 2013; Maia & Ribeiro, 2011; Leão, Muzzeti & Leão, 2022).

Na verdade, crianças e jovens demonstram que querem e que precisam ter acesso à informação acerca da Sexualidade e tão logo seja possível (Unesco, 2013). Portanto, pelo prisma dos direitos humanos precisam ter acesso a discussão sobre este assunto nos bancos escolares. Além do mais, em virtude das várias manifestações sexuais na escola representa um ambiente estratégico para a sua abordagem (Leão, Muzzeti & Leão, 2022).

¹⁸ Este termo, segundo o dicionário Aurélio, é um conceito que se baseia na premissa de que somente relacionamentos heterossexuais são considerados normais ou adequados.

Leão, Muzzeti e Leão (2022, p.6) expressam que a escola descumpra seu papel social ao não preparar os estudantes para o exercício da cidadania, e, neste bojo, para o exercício consciente da sexualidade. Realçam as autoras que é crucial se colocar favorável e à disposição ao implemento da educação sexual, pois o seu silenciamento “pode contribuir para o fortalecimento da educação dita conservadora, a qual por muito tempo legitimou o machismo, o sexismo e a misoginia na sociedade”.

Vizentim (2020) objetivou com seu estudo compreender a maneira como os professores conduzem a Educação Sexual nos espaços escolares. Os professores, participantes deste estudo, relataram que o conhecimento dos estudantes sobre Sexualidade é limitado e distorcido, manifestando que precisam ser repertoriados quanto a este assunto. O pesquisador adiciona que ainda que tenham acesso a fontes diversas de informações, os alunos sequer compreendem de forma clara a informação recebida, carecendo de serem devidamente esclarecidos.

Fávero, Leão, Ribeiro e Zuin (2019), realizaram uma pesquisa sobre a paternidade adolescente, visando conhecer seus desafios, consequências e implicações. A pesquisa analisou a história de vida de sete adolescentes que tiveram filhos antes dos 20 anos. Os resultados trazem que os adolescentes tiveram acesso à Educação Sexual informal, mas o foco recaiu sobre as IST, que segundo os adolescentes priorizou mais em passar informações profiláticas, do que em esclarecer suas dúvidas. Outro aspecto discutido na pesquisa é que a iniciação sexual dos adolescentes ocorreu sem o devido conhecimento sobre os métodos contraceptivos e as IST existentes. Diante destes achados, os pesquisadores asseveram a necessidade de uma Educação Sexual para contribuir, entre outros, no esclarecimento dos questionamentos dos adolescentes em relação à contracepção e gravidez.

O estudo de Viegas e Vilaça (2010) avaliou os impactos de uma metodologia de ensino orientada para o desenvolvimento de competências de ação e percepção sobre atitudes, valores e comportamentos afetivos e sexuais de estudantes do 6^a ano de escolas do ensino básico de Portugal. Os estudantes participantes foram entrevistados por meio de grupos focais, para avaliar os conhecimentos deles antes e depois do desenvolvimento das intervenções.

Segundo as pesquisadoras, os assuntos que despertaram maior interesse dos alunos estavam relacionados a puberdade e as alterações corporais. Os resultados obtidos após estas intervenções, sobretudo na apresentação e resolução de situações-problema, apontaram que os estudantes ficaram mais motivados, atentos e colaborativos no intento de procurar soluções e na construção de uma Sexualidade positiva. Para as autoras, o projeto contribuiu para que estes

pudessem refletir acerca das causas e implicações dos problemas que os afetam, ajudando a expor estratégias de mudanças.

É imprescindível a Educação Sexual, como reiterado no presente estudo, lembrando que o foco deste trabalho se volta a contribuir na formação integral do estudante pelo prisma dos direitos humanos, não atrelando a Sexualidade a algo negativo, a doença, tampouco a restringindo ao aspecto profilático.

A sexualidade precoce aumenta a vulnerabilidade as IST, a gravidez na adolescência e a outros riscos, interferindo nas metas da vida (Carneiro et. al, 2015). Considerando os agravos disso à qualidade de vida das pessoas, os autores realizaram uma oficina que foi ministrada a 38 adolescentes, de 14 a 18 anos, de uma escola pública do município de Fortaleza (CE). Na oficina foram desenvolvidas ações de educação em saúde sobre prevenção às IST, mais precisamente voltada ao trabalho de indagar os participantes acerca destas infecções e de ações de prevenção conhecidas por eles, empregando em sua problematização da exposição oral das formas de prevenção e do mecanismo de ação de cada patologia, bem como de material ilustrativo e de filme didático. No término da oficina e visando avaliar sua eficácia, os participantes foram inquiridos se houve efetivamente a aprendizagem sobre o conteúdo explanado. Segundo os autores, o conhecimento que os participantes adquiriram acerca dos métodos contraceptivos e das IST foi apontado como aspectos positivos das oficinas e, por esta razão, consideraram essencial o desenvolvimento, no âmbito escolar, de ações educativas que se voltem a aludir à Sexualidade. Os autores advertem que devido à vulnerabilidade dos adolescentes aos riscos das IST é imprescindível a elaboração de estratégias de ações voltadas a problematizar este tema.

Para Maia e Ribeiro (2011), a Educação Sexual nas escolas precisa abarcar as temáticas da prevenção de saúde sexual e reprodutiva, e incluir as discussões quanto aos relacionamentos sociais, a cidadania e os direitos humanos. Nesta mesma direção, Leão (2017) afirma que é preciso inserir na escola as discussões sobre a Sexualidade e as relações de gênero, materializando-a no Projeto Político-Pedagógico da instituição e em seu currículo formal, para suscitar as mudanças necessárias e urgentes que são necessárias para se contribuir no aprendizado dos estudantes. Teixeira (2010) enfatiza que a integração da Sexualidade no currículo pode promover o desenvolvimento da leitura crítica e reflexiva dos estudantes. Viegas e Vilaça (2010) referem que o conhecimento científico é a pré-condição para que os estudantes possam compreender as questões de cunho biológico, psicológico, ética e social

relacionadas a Sexualidade para agir sobre elas. Afinal, a Educação Sexual na escola é fundamental, e tem por finalidade o atendimento integral do ser humano (Maia & Ribeiro, 2011).

Outrossim, tem-se as Orientações Técnicas de Educação em Sexualidade para o cenário brasileiro (Unesco, 2013), que foi elaborado pela UNESCO em parceria com a UNFPA, UNICEF e WHO, no âmbito da UNAIDS. A representação da UNESCO no Brasil coordenou o processo de validação deste documento, que contou, para tanto, com a parceria de entidades, pessoas e movimentos da sociedade civil. Este documento, sem caráter normativo, foi organizado em três publicações - no primeiro e segundo há a introdução sobre Sexualidade, trazendo as evidências científicas que atestam a incorporação da Educação Sexual no currículo escolar, já o terceiro apresenta a proposta dos tópicos de aprendizagem para um programa de Educação Sexual de crianças e jovens de 5 aos 18 anos, e pode servir de orientação para a preparação de atividades no âmbito escolar. Tais orientações foram desenvolvidas para auxiliar os professores na efetivação desta educação, visando que os alunos possam: desenvolver uma visão positiva da Sexualidade, desenvolver a criticidade e a reflexão, na tomada de decisão quanto à vida sexual e reprodutiva, afiançando o seu bem estar.

A proposta da UNESCO em desenvolver esta orientação se volta a oferecer aos professores diretrizes para a abrangência da temática da Sexualidade de forma apropriada para cada faixa etária, sendo embasadas em estudos e práticas realizados em diferentes países, os quais se pautam pela defesa dos direitos humanos.

Isto posto, é preciso que todas as pessoas tenham acesso à informação sexual, lembrando que esta informação não se restringe ao aspecto biológico, tendo em vista o direito de as pessoas serem informados das diferentes esferas que compõem a Sexualidade.

3.1. O aspecto biológico da Sexualidade

Barros e Ribeiro (2012) assinalam que a ciência apresenta uma vinculação estreita com a aquisição de conhecimentos científicos sobre os sistemas reprodutores e da genitalidade. Isso ocorreu de forma mais evidente no século XIX, quando se desenvolveu uma biologia da reprodução à luz da normatividade científica geral. Em decorrência disso, a Sexualidade foi restringida ao plano da reprodução e da fisiologia humana. As autoras alegam que a cientificidade produzida sobre a Sexualidade ocasiona implicações como ela é compreendida e, por este motivo, as disciplinas de ciências e de biologia recebem o rótulo de cientificidade e o encargo de abarcar tais assuntos pelo viés da neutralidade.

Obviamente que não se tem esta neutralidade, posto que ao longo dos séculos ocorreram mudanças a respeito da maneira como os discursos da Sexualidade foram sendo produzidos (Rizza, Ribeiro & Mota, 2016). Convém advertirmos que os discursos instauram preconceitos, estereótipos, violência de gênero e de Sexualidade, além das discriminações e opressões que se perpetuam na sociedade (Torrada, Ribeiro & Rizza, 2020).

Na escola é mais costumeira a ação preventiva, baseada em dogmas médicos e higienistas (Ribeiro, 1990). Todavia, pelo prisma atual, em que se discutem questões amplas, incluindo os direitos humanos, a Sexualidade não deve se limitar ao debate preventivo e a perspectiva higienista (Ribeiro, 2020).

A maioria das iniciativas da escola em abranger esta educação concentra-se no discurso biologizante, no cuidado ao corpo, deixando de lado questões imprescindíveis como o prazer, o desejo sexual e questões relativas à diversidade sexual (Unesco, 2013). Sob esta perspectiva, é cabível lembrarmos que a Sexualidade extrapola a dimensão biológica. Logo, deve ser abordada, como realça Leão (2009), em seus aspectos sociais, culturais, políticos, religiosos e psíquicos.

Petrenas (2015, p.35), diz que “[...] as pesquisas atuais têm muito a contribuir para que a Sexualidade seja vista além da questão dos órgãos sexuais e da reprodução, sendo esse um dos desafios da contemporaneidade”. Ribeiro (2017, p. 13) esclarece que

[...] não é possível no contexto atual, abordar Sexualidade, atitudes e comportamentos sexuais, falar sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), Anatomia e Fisiologia Sexual, Gravidez, Métodos Contraceptivos, Corpo sem relacionarmos com as categorias sociais que vão possibilitar a compreensão de que nossa concepção e percepção da Sexualidade é uma construção histórica, e altera-se de época pra época e de povo pra povo. Ou seja, temos de ir além da informação biológica.

A Sexualidade abarca o aspecto reprodutivo, sem se restringir a isso. Conforme elucidam Barros e Ribeiro (2012), a abordagem deste aspecto humano nas escolas deve ir além da perspectiva biológica, atrelando-o ao prazer e ao desejo, como algo inerente. Neste entendimento, este trabalho não pode deixar de fora questões que passam pelo prazer, pelo respeito por si e pelo outro, e por desenvolver uma visão crítica e reflexiva (Ribeiro, 2020).

A abrangência das relações de gênero é imperativa, principalmente considerando o cenário atual em que o feminicídio e a violência sexual contra crianças e mulheres despontam como questões emblemáticas que demandam ser extintas. A Educação Sexual pode se voltar a

desconstruir os papéis fixos e engessados de gênero, os quais insistem em perpetuar o machismo, o sexismo e a misoginia.

Na apreciação de Ribeiro (1990), uma Educação Sexual instrucional e normatizadora, tal como ocorre na perspectiva biológica com ancoragem médica, tende a se tornar inócua quando não propicia o fomento da reflexão. Para o autor, a partir de um enfoque psicocultural é que se chega aos aspectos fisiológicos.

A junção da Sexualidade com as disciplinas de biologia e ciências está atrelada, como outrora citado, à ciência, a qual coloca o sexo em discurso, e legitima o que se pode ou não falar, onde e quem pode debater questões relativas à Sexualidade (Barros & Ribeiro, 2012).

A demanda educacional acena para um debate diferenciado e coeso com os estudantes. Como defende Vizentim (2020), o ambiente escolar pode se colocar enquanto esteio de oportunidade confiável de acesso a informações quanto à Sexualidade.

Em um trabalho paralelo direcionado à esta instância social, a escola pode realizar orientações acerca dos conteúdos de aprendizado dos alunos, apresentando os teores de Sexualidade que são abrangidos de forma aberta, elucidando, desta forma, as dúvidas e os receios que a família comumente traz a este trabalho, visando obter apoio na implementação da Educação Sexual (Unesco, 2019). O apoio e a inserção da família nesta implementação aumentam as chances da efetividade desta educação.

A Educação Sexual ocorre em distintos espaços de socialização, entre estes pode-se citar a família, a escola, a Igreja, as mídias, contudo isso acontece de forma fragmentada, sem ter um alinhamento nos intentos de uma sociedade inclusiva, fundamentada nos direitos humanos, e, por isso é importante a atuação da escola no sentido de organizar e sistematizar um trabalho voltado a implementar esta educação (Unesco, 2013).

É preciso um trabalho de Educação Sexual na escola bem elaborado, tendo o comprometimento com o desenvolvimento integral das crianças, considerando que a Sexualidade é algo intrínseco ao ser humano desde o primórdio da vida, e, por esta razão, deve ser tratado com elas (Reis, Muzzeti & Leão, 2014).

Apesar de vigorar um discurso focado nas questões biológicas e de cunho preventivo, este trabalho precisa ser “emancipador, reflexivo e contextualizador” (Ribeiro, 2020, p. 46). Reiteramos que a dimensão biológica da Sexualidade não é suficiente para se ter a dimensão ampla deste aspecto humano e, por isso, é importante uma abrangência alargada que considere, por exemplo, os fatores políticos, econômicos, sociais, entre outros que a influenciam.

Leão (2009) diz que o cerne dessa discussão deve ser o direito que os estudantes têm de ter informações de Sexualidade sob uma perspectiva da realização pessoal. Sendo assim, a pertinência de ser tratado na escola é que ao fazer esta instância contribui para o desenvolvimento de cidadãos livres e cientes de sua Sexualidade.

Barros e Ribeiro (2012) realizaram um estudo que objetivou analisar as narrativas das equipes diretiva e pedagógica das escolas dos municípios de Rio Grande, São José do Norte, Santa Vitória do Palmar e Chuí, situados no Rio Grande do Sul, sobre a inserção da Sexualidade no currículo, para conhecer na perspectiva destes profissionais se deveria ser um assunto inserido em uma disciplina específica ou de forma transversal. Nos resultados obtidos, as autoras perceberam que estas equipes entendem que as temáticas de corpos, gêneros e Sexualidades devem ser discutidas em uma disciplina específica, entretanto as pesquisadoras problematizam que as disciplinas de ciência são ainda apontadas enquanto responsáveis pelo debate destes temas, visto que a Sexualidade é encarada enquanto um atributo biológico. As autoras sintetizam que estas temáticas são discutidas, mas dentro destas disciplinas, em que prevalece a descrição dos sistemas genitais, as IST e os métodos contraceptivos.

Além do foco ser restrito ao aspecto biológico, outro entrave que se tem para tratar este assunto são as percepções de senso comum, as quais associam sexo com Sexualidade, como sendo termos sinônimos. Frente a isso, é mister enfatizar que o trabalho de Educação Sexual no contexto escolar deve buscar incitar nos alunos a revisão dos conceitos cristalizados da Sexualidade, não sendo incomum uma ancoragem no senso comum (Leão, 2009).

Discorrendo novamente acerca da educação e de sua implicância na escola, cumpre observar que nesta instância os alunos convivem com pessoas de sua faixa etária, de ambos os sexos, e por isso é um local propício para o debate acerca da sexualidade (Leão, 2009). Compete consequentemente à escola desenvolver as condições favoráveis a tanto.

Para Carneiros et. al (2015), ter a escola enquanto cenário de propostas de Educação Sexual é muito importante, considerando que se trata de ambiente do cotidiano dos adolescentes, local em que permanecem grande parte do seu dia, podendo ser espaço de acolhimento e abertura para exporem suas dúvidas e receios.

Ribeiro (2017, p. 7) aponta que as pesquisas que têm realizado ao longo dos trinta anos de pesquisador na área da Sexualidade sinalizam o quanto que a Educação Sexual, quando desenvolvida “[...] a partir do foco na cidadania e no direito, é uma ação pedagógica importante

na construção de um caminho para erradicar preconceitos e discriminações, diminuir a violência sexual e de gênero”.

3.2. Educação Sexual – um direito humano

Embora haja uma necessidade premente de efetivar a implantação da Educação Sexual nas escolas, na maioria dos países isso ainda não ocorre (Unesco, 2019). Entre as razões, se inclui a forte resistência a esta educação, devido ao mal entendido sobre sua natureza, finalidades e implicações.

Ponderando acerca deste cenário, Desidério (2020, p.111) lembra que “mesmo frente a tantos obstáculos, precisamos ser resistentes e acreditar que esse trabalho é fundamental para nossas crianças”. Logo, a resistência que o autor trata é no sentido de ir na contramão dos impeditivos que a escola traz, pois comumente vigora uma indisposição a este trabalho, colocando inúmeros entraves para isso.

É importante que as instâncias superiores de educação, principalmente embasadas nas propostas governamentais do Ministério da Educação, formulem políticas públicas voltadas a isso. Se faz necessária, portanto, a promoção de estratégias para despertar nas escolas o engajamento acerca da necessidade de se atarem a inserção da Educação Sexual, considerando que é preciso sua efetivação (Leão, 2009).

Fagundes (2019) observa que as políticas públicas são sugeridas, planejadas e aprovadas pelo poder legislativo, e, em algumas situações pelo poder executivo que as sanciona, conquanto a população pode participar da concepção e elaboração destas políticas, assim como as reivindicar.

Na perspectiva de Rizza, Ribeiro e Mota (2018), o debate acerca da produção de um currículo que reconheça as novas demandas sociais que chegam às escolas está em forte ascensão, entre estas as referentes à Sexualidade, Gênero e Educação Sexual. Aliás, como as autoras argumentam, existe uma política educacional voltada para esse enfoque, que é a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, documento este que propõe tratar dos direitos humanos na educação, nas diferentes modalidades de ensino – da educação básica ao ensino superior. As pesquisadoras continuam sua análise referindo que, segundo este documento, nos cursos de formação inicial e continuada de professores será obrigatória a educação em direitos humanos. Lembrando Ribeiro (2013), a Educação Sexual é uma questão de cidadania e Direitos Humanos.

A lei n. 14.164 DE 10 de junho de 2021 postula que a prevenção da violência contra a mulher será incluída nos currículos da educação básica, tendo origem na PL 598/2019, que cria a semana escolar de combate à violência contra a mulher em instituições públicas e privadas de ensino básico no mês de março. Esta proposta se volta, entre outros ao incentivo da reflexão dos alunos, profissionais da educação e da comunidade quanto à necessidade do combate à violência contra a mulher; a abranger os mecanismos de assistência à mulher em situação de violência doméstica, os instrumentos protetivos e meios de encaminhar a denúncia; a capacitar educadores e conscientizar a comunidade acerca das violência nas relações afetivas; promover a igualdade entre homens e mulheres visando coibir a violência contra a mulher; e a promover a produção, bem como a distribuição de materiais educativos voltados ao combate da violência contra a mulher nas instituições de ensino (Brasil, 2021).

Conforme expõe Fagundes (2019, p. 93), Gênero é um importante instrumento político que para sua real compreensão requer o fomento às políticas educacionais, visando assegurar “medidas de subversão à ordem dos gêneros, por meio de práticas pedagógicas inclusivas, solidárias, emancipatórias, capazes de promover uma educação (formal e não formal) que conduz à equidade entre as pessoas”. O combate à violência de gênero, por sua vez, também precisa ser pauta das políticas educacionais, por ser questão que emerge na sociedade, estando presente nos espaços públicos e privados, bem como na escola, instancia que não pode ignorar este assunto (Ribeiro, 2020).

A citada lei n. 14164 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e incluiu, enquanto conteúdo, a prevenção da violência contra a mulher nos currículos de educação básica, robustecendo a relevância do debate dos temas afins à Sexualidade na escola, como é o caso da temática da violência de gênero. Esta lei em seu artigo 2º e inciso V traz que se volta a capacitar educadores, reforçando a necessidade do preparo destes profissionais para este trabalho.

Face ao exposto, a Educação Sexual deve ser inserida no cenário escolar, exigindo o planejamento prévio e a aderência da comunidade escolar, incluindo os estudantes, pais, professores e demais funcionários, em um trabalho contínuo e sistemático de distintas pessoas para sua efetivação (Leão, 2009).

A escola pode empregar algumas iniciativas na direção de obter o apoio da comunidade na efetivação desta educação, podendo, entre outros: sensibilizar quanto a relevância deste

trabalho; informar e explicar o que seja a Educação Sexual e qual a proposta de sua inserção na escola; estar aberta às sugestões e colaborações, entre outros (Unesco, 2013).

A Sexualidade é um tema usualmente pouco discutido em família, instância que geralmente cria estratégias para se evadir do diálogo acerca do universo sexual (Vizentim, 2020). Este universo, como o autor explicita, constitui um tabu social muito atual ainda hoje nas famílias.

Torrada, Ribeiro e Rizza (2020) explicam que as famílias reproduzem os valores e as normas sociais em que prevalecem as desigualdades e os preconceitos e, nos embates com as escolas, utilizam-se de um discurso ultraconservador. Este discurso é difundido por instituições religiosas, políticos, gestores públicos, entre outros, os quais atuam instaurando o pânico moral em prol do silenciamento e do cerceamento dos docentes quanto aos temas da Sexualidade e de gênero, defendendo que são contrários aos interesses da família tradicional.

O pano de fundo disso, conforme apregoa Junqueira (2017), é o intento de se instaurar o clima de pânico moral, um alarme social por meio da ativação de inúmeras estratégias discursivas e, por meio de artifícios retóricos. O autor assegura como muito eficaz a estratégia discursiva, porquanto “[...] pode atingir uma parcela de convicção e adesão suficiente para, socialmente, fazer criar e fazer perceber aquilo que enuncia (p. 29). No entanto, no contexto atual, ainda se prega o controle dos currículos e dos docentes para que se silenciam em relação a estes temas (Paraíso, 2016). O discurso ultraconservador se agrega ao discurso em prol da proteção das crianças e adolescentes, incentivando que as famílias intervenham nos currículos escolares, para ditar o que pode ou não ser mencionado e tratado em sala de aula (Torrada, Ribeiro & Rizza, 2020).

Paraíso (2016) esclarece que o currículo é elegido por grupos reacionários para efetivarem o controle dos temas Gênero e Sexualidade, em que tentam ganhar as famílias como apoiadores. Entre suas ações, tentam controlar os materiais didáticos e as avaliações escolares, atemorizando e criminalizando professores que abrangem tais temas no cenário escolar. A pesquisadora explicita a existência do que ela intitula de uma ciranda em torno dos temas currículo, gênero e poder, que faz com que as políticas educacionais brasileiras incluam, retirem, voltem a incluir e a retirar o tema gênero dos currículos, denunciando a dificuldade de se manter enquanto conhecimento relevante de ser ensinado nas práticas pedagógicas das escolas. Em sua opinião “Gênero e Sexualidade estão no centro de uma luta contemporânea que pode ter sérios efeitos nos currículos escolares” (Paraíso, 2016, p. 396). A autora prossegue

sua análise expondo que o currículo está cada vez mais em evidência no debate educacional brasileiro, e o modo como isso tem ocorrido causa perplexidade, porque parece um grande retrocesso e um contrassenso como tentam controlar o currículo e os docentes.

Para Ribeiro (2017), se por um lado os PCN sugeriam que a Educação Sexual era objeto de ação na escola, por outro o governo federal se equivocou ao não estimular e não propiciar uma contrapartida para que as ações fossem realmente desenvolvidas em larga escala, como o investimento na formação de professores em Educação Sexual. Ficou no plano da sugestão, do vir a ser, e não enquanto fato concreto.

Faltaram campanhas elucidativas voltadas à população e a comunicação escolar para explicar o que é a Educação Sexual, como ocorre e seus objetivos; adentrando a abranger a questão de gênero, tema este tão imprescindível, sobretudo considerando que o Brasil hoje desponta como o quinto país com maior incidência de feminicídio no mundo.

É preciso avançar no que diz respeito à tratativa destes assuntos, de forma a contribuir para mitigar o discurso machista, misógino, preconceituoso e contrário a efetivação da inclusão das temáticas da Sexualidade e de Gênero nas escolas. São temas expostos pela ala conservadora, que se opondo a esta inclusão são apresentados a partir de uma discursividade nociva e tóxica.

Como explicam Torrada, Ribeiro e Rizza (2020), diante deste discurso ultraconservador, para mobilizar o debate de Gênero e Sexualidade na escola se faz imprescindível defender a relevância destas discussões com as famílias e a comunidade. Isso fica mais evidente considerando as inquietações acerca de como a escola aborda estes temas.

Barros e Ribeiro (2012) afirmam que a Sexualidade e outros temas sociais devem estar presentes no cotidiano escolar, porquanto faz parte do cotidiano dos estudantes, por constituírem assuntos prementes na vivência deles. Portanto, é preciso um olhar diferenciado a tratativa destes temas com os estudantes.

Ribeiro (2017) explica que a Educação Sexual enquanto campo científico possibilita uma compreensão das questões sexuais ultrapassando o senso comum, visto que sua aplicabilidade pode contribuir para acender a sensibilidade e o entendimento da Sexualidade, a partir da desconstrução dos inúmeros tabus, preconceitos e valores enraizados historicamente.

Convém ressaltar que o trato da Sexualidade no contexto escolar, em uma perspectiva dos direitos humanos, é uma urgência educativa, posto que o fato da Educação Sexual não se

constituir uma realidade generalizada, significa privar jovens e crianças dos direitos que lhes são constituídos (Teixeira, 2010).

Segundo Viegas e Vilaça (2010), a Educação Sexual se atrela com a urgência da atualidade de sua abordagem. Nesta mesma direção, Petrenas (2015, p. 243) assinala que os estudantes devem ser vistos enquanto sujeito de direitos e, por este motivo, é fundamental que sejam preparados para lidar com as questões inerentes à Sexualidade. Como a pesquisadora observa, o “conhecimento tem relação direta com poder, e inevitavelmente proporcionar às crianças, adolescentes e jovens a amplitude de saberes sobre Sexualidade, oferece condições de ir muito além do senso comum [...]” (Petrenas, 2015, p. 243). Nesta esteira, Ribeiro (2020, p. 53), refere que “na construção da identidade pessoal e da cidadania, a Sexualidade não pode ficar de fora”.

Uma das bases do trabalho interventivo em sexualidade é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento que compreende os direitos e a dignidade das pessoas (Ribeiro, 2023). Complementa o autor que o 26º artigo desta Declaração traz que todo ser humano tem direito a instrução, tendo implícita relação com esta Educação.

Ferreira (2020), mostra que no final do século XX começa a se elaborar no âmago dos direitos humanos, os direitos sexuais, sendo que no XV Congresso Mundial de Sexologia, ocorrido em Hong Kong - China, a World Association for Sexology aprovam as emendas para tanto, sendo definido em 1997 no XIII Congresso Mundial de Sexologia.

Dentro dos direitos sexuais consta o direito à informação baseada no conhecimento científico e o direito à educação sexual compreensiva, que se configura em um processo, o qual pode ocorrer durante toda a vida, envolvendo as instituições sociais.

De acordo com a World Association for Sexual Health¹⁹ (WAS, 2014) o direito à informação e à Educação Sexual fazem parte dos direitos sexuais, que compõem os direitos humanos. A WAS traz a declaração dos direitos sexuais e apresenta 16 direitos sexuais, entre os quais se incluem o “9. Direito à informação - todos devem ter acesso à informação cientificamente precisa e esclarecedora sobre sexualidade, saúde sexual, e direitos sexuais através de diversas fontes. Tal informação não deve ser arbitrariamente censurada, retida ou intencionalmente deturpada”; e “10. O direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora. Todos têm o direito à educação e a uma educação sexual esclarecedora.

¹⁹ Grupo mundial multidisciplinar de sociedades científicas, ONGs e profissionais do campo da sexualidade humana que promovem a saúde sexual

Educação sexual esclarecedora deve ser adequada à idade, cientificamente acurada, culturalmente idônea, baseada nos direitos humanos, na equidade de gêneros e ter uma abordagem positiva quanto à sexualidade e o prazer” (WAS, 2014).

Indubitavelmente este documento expõe que a informação em Sexualidade é um direito inalienável, e que todas as pessoas devem ter acesso à Educação Sexual esclarecedora, amparada cientificamente, tendo por base os direitos humanos e uma perspectiva positiva.

Além de estar alinhado aos direitos humanos, a Educação Sexual se vincula aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030, da ONU (ONU, 2015), como o Objetivo 3 que se volta a assegurar uma vida saudável e promover o bem estar de todas as pessoas, em todas as idades. A meta 3.3 adentra a este escopo, tendo como meta erradicar a epidemia da AIDs. Este Objetivo traz ainda a meta 3.7, que visa assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação, educação, bem como a integração da saúde reprodutiva. Com efeito, a Educação Sexual tem indissociável relação com este Objetivo e suas respectivas metas.

Igualmente a ODS 4, de Educação de Qualidade, tem por escopo garantir a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagens ao longo da vida. A meta 4.5 visa até 2030 eliminar as disparidades de gênero na educação, e tem estrita relação com a Educação Sexual, por meio da qual é possível um trabalho educativo nesta direção.

E especialmente a ODS 5, da Igualdade de Gênero, cujo objetivo se volta para alcançar a igualdade de gênero e empoderar as meninas e mulheres. Esta ODS conta com várias metas, entre estas a 5.c. que discorre quanto a adoção e o fortalecimento de políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis. Este empoderamento será possível dentro da proposta de Educação Sexual, com a discussão acerca de gênero e dos direitos das mulheres.

Nesta perspectiva, a Educação Sexual está alinhada ao ODS e aos direitos humanos, sendo uma urgência educativa, como mencionado, o que reforça que é imprescindível a abertura da escola, na figura dos profissionais que lá atuam, para sua abrangência e efetivação. Tem-se uma vasta literatura científica que salienta esta importância, sendo urgente ações voltadas a avançar nesta direção, no intento da devida efetivação.

É necessário afirmar que o professor deva receber formação para o trabalho de Educação Sexual no ambiente escolar, seja no âmbito da formação acadêmica ou da educação

continuada (Maia & Ribeiro, 2011, p. 80). Completam os autores que isso decorre do fato de que este profissional precisa estar “tecnicamente capacitado, isto é, provido de informações científicas atualizadas provenientes de fontes fidedignas”.

Para tanto, é preciso se ter nos cursos de Licenciaturas a preocupação com o preparo desse profissional para o implemento da educação sexual. A formação inicial é imperiosa, porquanto é preciso que seja sensibilizado quanto a relevância desta educação, sabendo como transpor para o contexto de sala de aula os conteúdos afins à sexualidade, de maneira a se ater a sua incumbência enquanto educador sexual. Esta etapa formativa pode contribuir para que adquira conhecimentos e desenvolva estratégias para efetivar este trabalho.

Os profissionais que estão na ativa, do mesmo modo, precisam estar aptos a tanto, e, por isso é significativa a formação continuada na área. Maia e Ribeiro (2011) elucidam que os cursos de formação continuada de professores para trabalhar com a Educação Sexual não devem ser pontuais, e, sim amplos e formativos, tendo a devida continuidade. Logo, pode ocorrer por meio de cursos de especialização, mestrados e afins, lembrando que atualização é indispensável, ainda mais quando se trata da temática sexual, imersa em tantos tabus e mitos que persistem na sociedade, como outrora dito.

No entorno desta discussão, Leão (2009) e Leão, Muzzeti e Leão (2022) acenam que muitas das indisposições e receios de abarcar os temas da sexualidade na escola decorre justamente da ausência da instrumentalização dos profissionais da educação, e, por esta razão, reforçam a importância do preparo desses profissionais. Advertem as autoras que é incomum nos cursos de graduação disciplinas voltadas a abranger esta temática.

Ferreira (2020) adentra a esta polêmica e refere que é preciso mudanças latentes no processo formativo dos professores acerca dos temas de Sexualidade, porque a proposta de Educação Sexual que tem acontecido, quando ocorre, é por vezes reducionista, tendo por base preceitos moralistas que impõem crenças discriminatórias. Para a autora, as dificuldades destes profissionais no trato deste tema derivam do despreparado, em virtude de uma formação opressora ou ainda da falta da formação acadêmica.

Em suma, para a efetividade da educação sexual é preciso, entre outros, a abertura da escola, constando no Projeto Político Pedagógico e se prevendo no calendário escolar, pois, como mencionamos, esta educação é intencional, tem objetivos e precisa de planejamento. Outrossim, requer o devido apoio e incentivo da gestão escolar, assim como preparo, aderência e compromisso dos professores, de modo a se efetivar, sobretudo, no cenário de sala de aula.

Leão, Muzzeti e Leão (2022) chamam a atenção a um dificultador a esta educação, que é a não abertura da escola a este trabalho, a qual ocorre em muitos casos da indisposição da gestão escolar, devido ao receio da reação das famílias ou ainda da influência dos discursos conservadores contrários à sua inserção. Estes discursos se ancoram em saberes do senso comum e em Fake News que insistem em associar a Educação Sexual com doutrinação dos estudantes, desconsiderando inúmeros trabalhos científicos nacionais e internacionais que enfatizam a implicação desta Educação.

Frente ao exposto, é oportuno advertir que a escola precisa repensar suas práticas pedagógicas no sentido de executar ações na tratativa da sexualidade, ainda que não se tenha profissionais devidamente formados a tanto, tampouco materiais. Aliás, argumentos que fazem menção a ausência de recursos humanos e de dispositivos educativos somente retardam a efetivação da educação sexual. Deste modo, trazer esta educação para o PPP da escola a movimentará no sentido de se garantir profissionais aptos a tanto, bem como de prever materiais que auxiliem neste trabalho.

Os desafios relacionados à execução da Educação Sexual podem ser observados nas escolas, podendo ser utilizados pelos professores enquanto experiências da profissão, os quais auxiliam no aprimoramento profissional. Como pronuncia Ferreira (2020, p.80), os conflitos neste trabalho podem colaborar “fazendo da profissão docente uma prática pensada e reconstruída quase que diariamente”.

Em suma, buscamos no presente trabalho, norteados pelas questões que o ancoraram, analisar os documentos educacionais e sua implicação à abrangência da Sexualidade na escola. Foi possível detectar os embates na área, e as inúmeras resistências à inserção desta temática nestes documentos, sobretudo devido aos detratores conservadores, que assolaram o país com inverdades, no intento de persuadir qualquer possibilidade de menção a temas comuns à esta temática.

Os PCN trazem explícito o tema transversal orientação sexual, entretanto o mesmo não ocorre no PNE, em muitos PME, tampouco na BNCC, deixando explícito o retrocesso da área e a atuação ferrenha destes detratores. Embora se assista no país um novo governo, que tem dado mostras de maior aderência e apoio à Educação Sexual ser implementadas nas escolas do país, ainda há muito a ser feito, o que desvela o quanto ainda é preciso se avançar visando possibilitar a devida legitimidade dessa educação nas escolas do país.

SEÇÃO 04

INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO SEXUAL

Tendo em vista que não é incomum nas escolas as dúvidas dos profissionais da educação acerca de como implementar a Educação Sexual, intentamos neste estudo apresentar algumas intervenções pedagógicas que elaboramos. Cabe frisar que o seu objetivo extrapola um receituário, se configurando enquanto sugestões de ações que os professores podem se dispor para este trabalho.

Inúmeros temas podem ser foco desta Educação, que como já mencionado, extrapola uma abordagem biológica. A questão norteadora deste trabalho é o direito do educando a ter acesso à informação em Sexualidade pelo prisma dos direitos humanos, trabalho este que não deve ser de responsabilidade irrestrita de professor de determinada matéria, como por vezes ocorre ao se delegar tal incumbência aos professores de Biologia ou Ciências. Com efeito, todos os professores podem atuar tendo, como já citado, documentos formais que os amparam a tanto.

Por outro lado, é válido participar a família, de forma que ela tenha ciência do trabalho, ainda que a escola não precise pedir aval para tanto, e que os professores tenham acesso ao preparo específico, de modo que tenham ciência de como efetivar o trabalho de Educação Sexual no contexto de sala de aula.

A partir desta acepção, é cabível lembrar a importância do embasamento teórico, porque tal como os diferentes conteúdos que são tratados no âmbito educacional, a Sexualidade demanda teoria, objetivos preciso e planejamento para se efetivar uma ação pedagógica assertiva. Para este embasamento o professor pode se dispor tanto de artigos científicos, livros ou ainda de capítulos de livros na área.

Estes materiais encontram-se dispostos em várias plataformas e bases de dados gratuitas - Google Acadêmico; Base de dissertações e Teses da Capes; de Universidades Públicas, como da Unesp, USP, Unicamp, ou ainda de Universidades Federais, entre outros. Além disso o Ministério da Educação (MEC) conta com o portal do professor, lançado em 2008, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, que tem por objetivo enriquecer a prática pedagógica docente, espaço este em que pode acessar sugestões de planos de aula, contendo, por exemplo, várias aulas voltadas à tratativa da Sexualidade, Gênero e outros afins.

Portanto, tem-se um vasto material, nacional e internacional, que pode contribuir para subsidiar o professor no sentido, de maneira a prover que a discussão da Sexualidade tenha uma ancoragem científica.

Independente da matéria que ministra, este profissional pode fazer uso em suas aulas de textos que abarcam temas afins à Sexualidade. É interessante que tenha atenção a alguns detalhes, antes da intervenção em si, tais como: disposição da sala - dispor a turma em círculo, de maneira a possibilitar ter em sala de aula maior interação entre os estudantes; iluminação boa; isenta, se possível, de ruídos externos; climatização agradável; e se afiançar a confidencialidade e o respeito sobre os relatos e questões que forem apresentadas. Na verdade, para isso é preciso no mínimo de um preparo, o que reforça a importância da formação, seja inicial ou continuada.

Será apresentado na sequência algumas das intervenções pedagógicas que elaboramos, a partir de temas mais corriqueiros percebidos nas escolas. Tem-se outros inúmeras, porém se priorizou por apresentar aqui os que mais incidem.

- Conceito de Sexo

O professor pode iniciar a aula com perguntas disparadoras, tais como: ‘Você sabe o que é Sexo?’; ‘É preciso tratar este assunto na escola? Por qual razão?’. A intenção de questões desta natureza é instigar a participação da turma na atividade proposta.

Na sequência pode apresentar o texto a ser discutido. Foi elegido na proposta a ser apresentada “Sexa”, de autoria de Luiz Fernando Veríssimo.

Sexa:

- Pai...
- Hmmm?
- Como é o feminino de sexo?
- O quê?
- O feminino de sexo.
- Não tem.
- Sexo não tem feminino?
- Não.
- Só tem sexo masculino?
- É. Quer dizer, não. Existem dois sexos. Masculino e feminino.
- E como é o feminino de sexo?
- Não tem feminino. Sexo é sempre masculino.
- Mas tu mesmo disse que tem sexo masculino e feminino.
- O sexo pode ser masculino ou feminino. A palavra "sexo" é masculina. O sexo masculino, o sexo feminino.
- Não devia ser "a sexa"?
- Não.- Por que não?
- Porque não! Desculpe. Porque não. "Sexo" é sempre masculino.

- O sexo da mulher é masculino?
 - É. Não! O sexo da mulher é feminino.
 - E como é o feminino?- Sexo mesmo. Igual ao do homem. – O sexo da mulher é igual ao do homem?
 - É. Quer dizer... Olha aqui. Tem o sexo masculino e o sexo feminino, certo? – Certo.
 - São duas coisas diferentes.
 - Então como é o feminino de sexo?
 - É igual ao masculino.
 - Mas não são diferentes?
 - Não. Ou, são! Mas a palavra é a mesma. Muda o sexo, mas não muda a palavra.
 - Mas então não muda o sexo. É sempre masculino. – A palavra é masculina.
 - Não. "A palavra' é feminino. Se fosse masculina seria "o pal..." – Chega! Vai brincar, vai.
- O garoto sai e a mãe entra. O pai comenta:
- Temos que ficar de olho nesse guri... – Por quê?
 - Ele só pensa em gramática.

Este texto pode ser utilizado para o professor trabalhar as distinções entre Sexo e Gênero, entre outros conteúdos. Como já discutido no presente trabalho, tem-se muitos equívocos sobre Gênero, e isso foi aflorado com o que se intitulou ideologia de gênero, pois buscou-se deslegitimar a área, como se fosse desnecessário ou danosa tal discussão.

Feita a leitura do texto, o condutor da atividade, no caso o professor responsável pela turma, pode indagar aos estudantes quanto a compreensão do seu teor, o sentido do texto, articulando esta discussão com textos da área, tais como de autoria de Guacira Louro (1997), nomeado “A emergência de Gênero”, que traz um profícuo debate sobre, esclarecendo o que seja de fato Gênero.

Como finalização da atividade, além de incitar o envolvimento dos estudantes na discussão dos textos, poderá solicitar que elaborem um texto curto que deverá ser postado nas redes sociais, como forma de informar outras pessoas, e sistematizar esta discussão. Este texto também pode ser divulgado na escola, seja nas portas dos banheiros, nas paredes próximas aos refeitórios ou locais de grande circulação.

Atividades que envolvem temas que comumente a escola ainda não trata abertamente, como é o caso desse, pode suscitar controvérsias, e, por este motivo, sugere-se informar previamente a gestão escolar e a coordenação pedagógica sobre a proposta. Ainda que oposições possam surgir, o professor precisa levar em consideração seu papel enquanto educador sexual, como já reiterado neste trabalho. Sob tais ponderações, é estratégico o envolvimento da escola como um todo neste trabalho, a fim de possibilitar que tenha continuidade, pois discussões isoladas de temas de Sexualidade não significa que a escola

efetiva a Educação Sexual, já que este trabalho requer periodicidade, ser sistemático e ter a devida continuidade.

- Sinônimos – Sexo e Sexualidade?

Uma outra atividade que o professor pode utilizar é quanto ao trabalho dos sinônimos, que apresentam o mesmo ou parecido significado. Pode explicar o que seja, dar exemplo e trazer para problematizar as palavras Sexo e Sexualidade, e inquirir aos estudantes se são sinônimos, pedindo que justifiquem. Esta atividade tem por objetivo desmistificar a ideia de que são termos sinônimos, o que faz com que se tenha inúmeros interditos ao debate amplo da Sexualidade na escola, desconsiderando que o seu debate nem sempre abrange Sexo.

Do mesmo modo que ocorreu na atividade anterior, o professor pode-se utilizar de textos para alargar este debate ou ainda de vídeos. Como sugestão, tem-se o canal do Youtube da pesquisadora Mary Neide Damico Figueiró²⁰, grande expoente da área, canal que contém inúmeros conteúdos sobre sexualidade, incluindo quanto as diferenças entre estes termos.

Dentro disso, o educador pode requerer que os educandários elaborem conjuntamente, em pequenos grupos, um vídeo curto que deverá ser postado nas redes sociais, seja no Facebook, Instagram ou Tik Tok sobre este tema, visando que consigam transpor o saber teórico para a produção de vídeo.

Trazer os artefatos tecnológicos para o cenário de sala de aula as enriquece, auxilia a se ter maior dinamismo, afóra que ajuda a otimizar a participação dos estudantes, dando outro formato ao conteúdo trabalhado, porquanto os envolve.

Estes vídeos que serão produzidos podem ser compartilhados com os demais estudantes da escola, assim como como outros atores escolares.

- Gravidez na Adolescência

A gravidez na adolescência ainda persiste sendo um emblemático problema social. É preciso se discutir acerca da gravidez não planejada, lembrando que esta discussão se ancora no debate de Gênero, porquanto no relacionamento sexual é preciso os pares dialogar sobre prevenção de ISTs, assim como de uma possível gravidez.

Tem-se vários trabalhos que o professor pode se dispor para tanto, entre os quais se incluem documentários que dão vozes a meninas que passaram pela experiência de terem sido mães na adolescência. Um dos documentários que tratam desta temática se intitula “Meninas”,

²⁰ O vídeo em questão encontra-se disponibilizando no link - <https://www.youtube.com/watch?v=11eUAGKciuo>. O canal tem por título Mary Neide Figueiró.

e foi produzido e dirigido por Sandra Werneck, entre 2004 a 2005, em comunidades carentes do Rio de Janeiro.

Este documentário narra a história de quatro meninas de famílias pobres que engravidam na adolescência, e pode suscitar profícuas discussões em sala de aula. Para tanto, sugerimos que o professor exponha o documentário, e após organize uma roda de conversa, de forma a discuti-lo com os estudantes.

A seguir pode dispor da dinâmica da bexiga, contendo dentro papéis com questões que versam sobre contracepção, tais como: a primeira relação sexual não tem risco de engravidar; sífilis é uma das mais conhecidas ISTs e ocasiona feridas indolores nos órgãos sexuais; a AIDs não tem cura, entre outras questões que procedem ou não.

A dinâmica consiste que um estudante passará a outro a bexiga, tendo ao fundo uma música. Quando a música parar, tem de estourar a bexiga e ler a frase contida e iniciar a resposta, passando-a, posteriormente, a outro colega para o auxiliar. Cabe ao professor auxiliar aos estudantes, conduzindo a atividade, de forma a serem devidamente esclarecidos.

Ao final da dinâmica, sugerimos que o professor feche a atividade dispondo outros vídeos que mostram que a evasão escolar atinge, sobretudo as adolescentes, em virtude da maternidade, e que os meninos também são afetados, porquanto precisam iniciar nos postos de trabalhos precocemente, a fim de sustentar os filhos.

- Relacionamento tóxico – é o caso do meu?

A violência contra a mulher é outro assunto em voga e de interesse dos estudantes. Precisamos discutir sobre esse assunto visando que os estudantes tenham ciência da gravidade disso. Aliás, as meninas precisam ter ciência dos indícios de um relacionamento tóxico, para que saibam reconhecer, quiçá evitar manter relacionamentos desta natureza, já os meninos, carecem ter ciência da gravidade que isso representa a vida das mulheres, porquanto os agressores são nocivos e são movidos pela falta de civilidade. Precisamos educar os meninos, de modo que desde tenra idade tenham ciência dos malefícios da toxicidade.

O Instituto de Psicologia da USP traz uma comunicação que tem por título “entenda o que é relacionamento tóxico e saiba como identificar os sinais de alerta²¹”, texto este breve que

²¹ O citado comunicado está disposto no link - <https://www.ip.usp.br/site/noticia/entenda-o-que-e-umrelacionamento-toxico-e-saiba-como-identificar-os-sinais-de-alerta/>

se além a explicar os sinais e o ciclo do relacionamento abusivo, e a como se curar de relacionamentos assim, podendo ser utilizado para trazer uma discussão inicial acerca disso.

Na adolescência são estabelecidos os primeiros relacionamentos afetivos, sendo preciso que este público tenha conhecimento do que seja um relacionamento tóxico, sabendo reconhecer e como proceder para encerrar este ciclo. A falta de identificação do que seja um relacionamento desta natureza dificulta que a vítima tenha a devida compreensão, e esse dificultador contribui para a violência contra a mulher. Assim sendo, a detecção de uma relação tóxica é importante, ao passo que requer, concomitantemente a isso o término, o que precisa ser problematizado com os estudantes.

Outra ferramenta que o professor pode se valer é fazer uso de vídeos informativos, tal como o “Mete a colher – não ao relacionamento abusivo e a violência contra a mulher²²”, disposto no Youtube.

O professor pode indagar aos estudantes por que as mulheres têm dificuldades em sair de relacionamentos abusivos; quais são os ciclos dos relacionamentos desta natureza e como se encerram. Pode também perguntar se presenciaram algo parecido ou conhecem mulheres que sofrem esta realidade da violência, se conhecem alguma lei voltada para as proteger, se conhecem os canais de denúncias, entre outros. É preciso o profissional articular esta discussão aos direitos das mulheres, ressaltando os canais de denúncias, como da delegacia das mulheres ou ainda o disque 180.

Enquanto atividade a ser realizada, pode ser solicitado dos estudantes que pesquisem quais os principais fatores da violência contra a mulher; porque muitas optam por não denunciar a violência sofrida; o que é a lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, e que compartilhem seus achados de busca com os demais colegas em sala de aula, e elaborem, a partir disso, cartazes a serem afixados em distintos ambientes da escola.

Vale acentuar que o Brasil é o quinto com maior incidência de feminicídio, o que desvela que urge esta discussão adentrar o âmbito escolar.

- Violência sexual contra crianças e adolescentes

A Educação Sexual é estratégica no trabalho preventivo contra a violência que afeta crianças e adolescentes, e a escola está sendo convocada a tanto. De fato, a prevenção é imprescindível, de maneira a formar para ação, de modo que os infantes saibam reconhecer o

²² O citado vídeo encontra-se disposto no link - <https://www.youtube.com/watch?v=E-hDtFndlCo>

que é a violência, como agir em situação desta natureza, sabendo recusar, e a quem recorrer para solicitar ajuda.

Como sugestão o professor pode propor algumas atividades para problematizar este assunto com os alunos, como a leitura de livros, como o ‘Segredo segredíssimo’, de autoria de Odívia Barros, que narra a história de Adriana, uma menina que sofre a violência sexual e confidencia a uma amiga este grande segredo. Esta mui sabiamente a sugere contar este segredo para sua mãe, que poderá a auxiliar. Ela segue o conselho da amiga e sua vida muda para melhor, pois o agressor é afastado.

Outra história de igual teor e relevância é “Não me toca seu boboca”, cuja autora é Andréa Viviana Taubman. Nesta história a personagem central é a Ritoca, uma coelha muito sabida, que é convidada, juntamente com amigos, para ir à festa que o Senhor Pipoca organizou para eles. Porém, ele a convida para se retirar da festa e começa fazer incursões em sua orelha e corpo. Ela achou aquilo tudo muito estranho, deu um berro e diz “não me toca seu boboca”, saindo correndo, e seus amigos fazem o mesmo. Ele é assim desmascarado. Desse modo, o livro retrata o que é a violência sexual, como agir, como solicitar ajudar, e quais as formas que esta violência pode incidir.

Sinteticamente, além dos livros, o professor pode empregar de inúmeros documentários, tendo-se alguns voltados mais para crianças, como é o caso do ‘Segredo de Nara²³’, uma menina que é vítima de abuso sexual, que graças ao olhar cuidadoso da professora é acolhida e tem-se como desfecho da história a prisão do agressor. Já para adolescentes, tem inúmeros documentários que dão vozes as vítimas desta adolescência, entre os quais se incluem “Um crime entre nós²⁴”.

Após a exposição do filme elegido, o professor deve instigar a participação dos discentes, podendo propor atividades, como o varal dos sentimentos. Nesta atividade, o professor pode apresentar frases e pedir para que eles nomeiem os sentimentos que as mesmas desencadeiam, tais como revolta, indignação, medo, confusão, dúvida, entre outros. Por exemplo, no caso de atividades com crianças – Meu primo mostrou o pênis para mim, como me senti? Tocaram meu corpo de um jeito que eu não gostei, eu senti naquele instante...; Tiraram foto minha no quarto de shorts e pediram para eu guardar segredo, entre outras.

²³ Link do filme - <https://www.youtube.com/watch?v=vgw4yj9jveQ>

²⁴ O link é <https://www.youtube.com/watch?v=fV1RmtYXsKU>

Conforme os sentimentos vão sendo expostos, o educador vai trabalhando com os estudantes o que não pode e pode em sociedade, os toques bons e ruins corporais, assim como o que se configura os segredos bons e ruins, porque é comum o agressor ameaçar as vítimas empregando destes ditos segredos.

A despeito das inúmeras ferramentas que se tem, é válido salientar a importância da discussão deste tema nas escolas, visto que a violência sexual é ainda uma realidade no Brasil e no mundo, o que mostra a implicância disso.

Enfim, tem-se inúmeros temas que podem ser trabalhados em uma proposta de Educação Sexual, e o ideal é que se constitua um trabalho sistemático e contínuo que se atenha as necessidades manifestas dos alunos. Do mesmo modo, que não seja algo isolado ou restrito a uma semana, como ocorre no dia 18 de maio, por ocasião da prevenção a violência contra crianças e adolescentes no país.

No percurso da presente pesquisa fizemos menção aos PCN, aos direitos sexuais, aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, além disso outros inúmeros documentos atestam a relevância da educação formal em sexualidade, e asseguram ao professor o aval para tanto.

Em guisa de conclusão, é vital avigorar que intervenções pedagógicas, tal qual as que apresentamos aqui, são tão relevantes, afinal, urge que a Educação Sexual seja uma realidade no país.

SEÇÃO 05

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos na temática da Sexualidade atrelados à escola foram intensificados a partir do início do século XX, visto que percorreu penosos caminhos até sua inserção em um documento educacional, que ocorre somente com o lançamento dos PCN. Este documento não foi acatado em muitos estados brasileiros, como mencionado, apesar disso se constituiu em um relevante documento ao balizar o lugar da Sexualidade no âmbito escolar.

O PNE e a BNCC não trazem explicitamente a abordagem da Sexualidade e de gênero, portanto os PCN são ainda os documentos de referência, pensando no âmbito federal, para o debate destes teores na escola.

Vale observar a presença de uma onda conservadora latente na sociedade brasileira, que está mais evidente a partir de 2014, a qual impediu a discussão de gênero no PNE e nos Planos Municipais de Educação. Em muitos municípios do país acendeu uma intensa discussão contra a tratativa desses temas.

De fato, há um movimento ultraconservador que tem desmantelado o entendimento do que seja a Educação Sexual, desconsiderando com isso todo o arcabouço científico que de maneira expressiva denuncia a necessidade desta educação ser efetivada no âmbito escolar. Do mesmo modo, ignoram os ODS, da Agenda 2030, da ONU, que especificam em seus objetivos a relevância disso.

Este movimento é contraproducente à esta educação, ocasionando o seu retrocesso, e avigora que é preciso uma vigilância acerca do que a escola trabalha, desconsiderando, com isso, a necessidade de um trabalho proativo voltado a discussão de temas que afligem a sociedade, temas comuns à Sexualidade, os quais não se voltam a infringir valores morais, e, sim, a promover a formação dos estudantes na perspectiva dos direitos humanos, fomentando, com isso, entre outros, a erradicação de preconceitos, das discriminações, dos mitos e tabus.

Conquanto tenha todo o respaldo científico que legitima a necessidade de a Educação Sexual ser implementada nas escolas, sendo evidentes avanços à área, tal movimento busca a descaracterizar com inverdades. Uma forma de sanar este impasse seria o abrandamento dos ideários conservadores. Uma estratégia para isso é a informação da população sobre o que seja efetivamente a Educação Sexual, a qual não se volta a abalar os valores da família e a doutrinar os estudantes, tampouco se atém a tratar de questões morais e a ditar regras, e, sim, possibilitar

que eles tenham acesso ao saber sobre Sexualidade, construindo suas próprias compreensões sobre este aspecto humano.

A Educação Sexual se volta a confrontar os preconceitos e as discriminações, e a contestar a misoginia, o sexismo e o machismo presentes de forma tão acirrada na sociedade. A sua finalidade passa por fomentar o respeito às diferenças independente de gênero e de orientação do desejo sexual, visto que estas diferenças não podem se converter em desigualdade e contribuir para promover as discriminações e exclusões sociais.

Obviamente que isso não é simples e, sim, um processo moroso, requerendo esforços para o desmonte desta onda conservadora, o que demanda que sejam desenvolvidos, concomitantemente a isso, estudos científicos desvelando os efeitos nefastos deste conservadorismo à educação brasileira e na sociedade, de modo geral.

Vale salientarmos que o presente estudo buscou apresentar os principais embates e resistências à Educação Sexual no Brasil, explicitando a ausência do espaço explícito da temática da Sexualidade nos documentos educacionais norteadores. Notamos que apesar da imprescindibilidade disso ocorrer, porquanto vários estudos científicos, nacionais e internacionais sinalizam isso, assiste-se muitas aversões, que dificultam o avanço, de forma a tornar efetiva no âmbito educacional.

À luz dos achados de pesquisa, sopesamos que novos estudos são necessários, entre os quais, uma das questões norteadoras poderiam ser se a partir da nova postura governamental concernente à Educação Sexual, é possível se deslumbrar maior aderências nas escolas do país a esta Educação.

É preciso afiançar que os achados destes estudos façam barulho encontrando ecos em políticas públicas efetivas, porquanto urge que a discussão da Sexualidade saia do senso comum e adentre os bancos escolares, enquanto área sólida que compõe o saber historicamente produzido pela humanidade.

É incabível o discurso que se ancora na falta de destreza para principiar o trabalho de Educação Sexual, porquanto tem-se vários estudos e livros que discorrem justamente sobre a sua operacionalização. Logo, é possível implementar intervenções pedagógicas, para tanto, englobando inúmeros temas, sobretudo os que os educandários manifestam apresentar mais dúvidas e curiosidades.

Enfim, intentamos aqui lançar luz à necessidade premente de estudos históricos que contribuam para apontar os retrocessos e as possibilidades de caminhos, de forma a subsidiar

articulações na área, a fim de que a Educação Sexual seja de fato uma realidade nas escolas do país.

REFERÊNCIAS

- Barros, S. C., & Ribeiro, P. R. C. (2012). Educação para a Sexualidade: uma questão transversal ou disciplinar no currículo escolar? *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, 11(1), 164-187. Recuperado de <https://pdfs.semanticscholar.org/c0f0/101681d1cac1b1c065f81e13dae8f0d05422.pdf>.
- Bedin, R. C., Muzzeti, L. R., & Ribeiro, P. R. M. (2020). A institucionalização do conhecimento sexual no Brasil: sexologia e Educação Sexual do século XIX aos nossos dias. *Humanidades & Inovação*, v. 7 (27), 71-88.
- Brasil. (1990). *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: DF.
- Brasil. (1996). Ministério da Educação e Cultura. *Lei n. 9394 de 23 de Dezembro de 1996*. Lei que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira. Brasília: DF.
- Brasil. (1997). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e Educação Sexual*. Brasília: DF.
- Brasil. (1998). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: DF.
- Brasil. (2009). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais*. Brasília: DF.
- Brasil. (2017). Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular – Versão Final*. Recuperado de: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Brasília: DF.
- Brasil. (2021). Ministério da Educação. *Lei n.14164 de 10 de Junho de 2021*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14164.htm.
- Carrara, S., Carvalho, M. (2016). *Meu encontro com os outros. Memórias de José de Albuquerque, pioneiro da sexologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.
- Carneiro, R. F., Silva, N. C., Alves, T. A., Albuquerque, D. O., Brito, D. C., & Oliveira, L. L. (2015). Educação Sexual na adolescência: uma abordagem no contexto escolar. *SANARE*, Sobral, 14 (1), 104-108, jan./jun., 2015. Recuperado de <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/617>.

- Desidério, R. S. (2020). A exclusão da temática Sexualidade nos anos iniciais do ensino fundamental na BNCC e seus reflexos para o ensino de Ciências. *Horizontes – Revista de Educação*, Dourados-MS, 8 (15), 98-112.
- Dimenstein, G. (2012). *O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os Direitos Humanos no Brasil*. 24ed. São Paulo: Ática.
- Fagundes, T. C. (2019). As políticas educacionais e a questão de gênero. In: M. Ribeiro (Org.), *A conversa sobre gênero na escola: aspectos conceituais e político-pedagógicos* (pp. 89103). Wak Editora.
- Fávero, J.D., Leão, A.M.C., Ribeiro, P.R.M., & Zuin, L. F. (2019). Paternidade na adolescência: analisando seu significado, os desafios e suas consequências. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, 14 (2), 1321-1338. Recuperado de <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12582>.
- Fernandes, S. S., Assis, V. C., & Acrani, S. (2022). Educação para a Sexualidade - faces e interfaces na formação do professor: descrição e resultados da oferta da disciplina para o curso de licenciatura em ciências biológicas. *Research, Society and Development*, 11 (7).
- Ferrari, A., Gomes, C. I. S., Berto, C. M. G. (2020). A prática docente e as relações de gênero e Sexualidades: conversando com professoras e professores. *Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, 27(1), 223-243. Recuperado de <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/10583>.
- Ferreira, G. R. (2020). *Educação sexual no Brasil: levantamento e análise de documentos oficiais e propostas de intervenção nos últimos 20 anos*. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara.
- Figueiró, M. N. D. (2001). *Educação Sexual: retomando uma proposta, um desafio*. 2. ed. Londrina: Ed. da UEL.
- Furlani, J. (2011). *Educação Sexual na Sala de Aula: relações de gênero, orientação sexual, e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Junqueira, R. D. (2017). Ideologia de Gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In P. R. C. Ribeiro & J. C. Magalhães (Org.). *Debates contemporâneos sobre Educação para a Sexualidade* (pp. 25-50). Editora da FURG.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.
- Gtpos. (1999). *Sexo se aprende na escola*. 2. ed. São Paulo: Olho D’água.
- Gonçalves, H. A. (2005). *Manual de metodologia da pesquisa científica*. São Paulo: Avercamp.

- Guimarães, I. (1995). *Educação Sexual na escola: mito e realidade*. Campinas: Mercado das letras.
- Leão, A. M. C. (2009). *Estudo analítico-descritivo do curso de Pedagogia da UNESP de Araraquara quanto à inserção das temáticas de Sexualidade e orientação sexual na formação de seus alunos*. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara.
- Leão, A. M. C. (2017). As vozes pela inclusão na defesa dos direitos humanos. In R. D. Silva, E. I. Hummel, & I. B. Oliveira Junior (Org.). *Educação, Sexualidade e diversidades: políticas públicas educacionais: avanços ou retrocesso?* (pp. 18-22). Syntagma Editores.
- Leão, A.M.C., & Ribeiro, P.R.M. (2013). Curso de formação inicial em Sexualidade: relato de uma proposta interventiva. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 8 (3). Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/125364>.
- Leão, A. M. C., Lima-Neto, F., & Whitaker, D. (2015). Ideologia judaico-cristã: a violência simbólica contra a mulher transmitida historicamente e reproduzida pelos agentes escolares. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 10 (3). Recuperado de <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8103>.
- Leão, A. M. C., Muzzeti, L. R.; Leão, A.M.C. (2022). Educação sexual nas escolas e seus desafios – o que expressa a bibliografia da área. *Anais do II Congresso Amazonense de Educação 2022*. Manaus, AM: Ed. do Autor, 2023.
- Leão, A.M.C., Silva, C. B., Ferreira, G. R., & Ribeiro, P. R.M. (2016). Educação a distância: implementação de um curso de formação em Sexualidade e Educação Sexual. In: M.A.T. Bruns & S. M. M. Melo (Org.). *Desafios da Educação Sexual: interfaces pertinentes com comunicação e tecnologia*. (pp. 77-97). CRV.
- Lima-Neto, F. P. *Crer, aprender e sentir – O tripé estratégico para transmissão de visão de mundo do casal Kalley, na inserção do protestantismo no Brasil no século XIX*. (2010). [Tese de Doutorado não publicada]. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- Lima, T. C. S; Míoto, R. C. T. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katalys*, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45.
- Louro, G. L. (1997). *Gênero, Sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística (IBGE). (2010). Censo Demográfico 2010. Brasília: IBGE. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9662-censo-demografico2010.html?edicao=10503&t=o-que-e>.

- Maia, A. C. B. (2004). Educação Sexual na escola. In: P. R. M. Ribeiro (Org.). *Sexualidade e educação: aproximações necessárias* (pp. 153-179). Arte & Ciência.
- Maia, A.C.B., & Ribeiro, P.R.M. (2011). Educação Sexual: princípios para ação. *Doxa*, 15(1), 75-84.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5ed. São Paulo: Atlas.
- Melo, S. M. M. (2004). O invólucro perfeito: paradigmas de corporeidade e formação de educadores. In: P.R.M. Ribeiro. (Org.). *Sexualidade e educação: aproximações necessárias* (pp. 73-113). Arte & Ciência.
- Mendes, P. O. S. P. (2016). *Compondo a cena de dissenso na retirada dos termos "igualdade de gênero e orientação sexual" do PNE 2014/2024: uma crítica em torno do cenário em questão*. [Tese de Doutorado não publicada], Universidade Federal de Florianópolis-Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, UFSC.
- Nunes, C., & Silva, E. (2006). *A Educação Sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem de Sexualidade para além da transversalidade*. 2ed. Campinas: Autores Associados.
- Onu (2020). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Recuperado de <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>.
- Paraíso, M. (2016). A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. *Currículo sem Fronteiras*, 16(3), 388-415. Recuperado de <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss3articles/paraíso.pdf>.
- Petrenas, R. C. (2015). *O estado da arte sobre as temáticas Sexualidade, Educação Sexual e gênero nos Encontros Nacionais de Didática e Prática de Ensino - ENDIPE (1996-2012)*. [Tese de Doutorado não publicada]. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- Reis, T., & Eggert, E. (2017). Ideologia de Gênero: uma falácia construída sobre os Planos de Educação brasileiros. *Educação & Sociedade*, 38 (138), Campinas. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/es/v38n138/1678-4626-es-38-138-00009.pdf>.
- Reis, F., Muzzeti, L.R., & Leão, A.M.C. (2014). Sexualidade e infância: contribuições da Educação Sexual em face da erotização da criança em veículos midiáticos. *Revista Contrapontos - Eletrônica*, 14 (3). Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/124716>.
- Reis, G. V., & Ribeiro, P. R. M. (2004). A institucionalização do conhecimento sexual no Brasil. In P. R. M. Riberio (Org.). *Sexualidade e educação: aproximações necessárias* (pp. 27-71). Arte & Ciência.

- Ribeiro, M. (2020). *Educação em Sexualidade: conteúdos, metodologias e entraves*. Wak Editora.
- Ribeiro, M. (2023). *Educação sexual e a prática pedagógica: formação docente, o trabalho em sala de aula e a orientação das famílias*. [Dissertação de Mestrado em Educação Sexual não publicada]. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- Ribeiro, M., & Reis, W. (2007). Educação Sexual: o trabalho com crianças e adolescentes. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, São Paulo, 18 (2), 375- 386.
- Ribeiro, P. R. M. (1990). *Educação sexual além da informação*. EPU.
- Ribeiro, P. R. M. (2009). A institucionalização dos saberes acerca da Sexualidade humana e da Educação Sexual no Brasil. In M.N.D. Figueiró (Org.). *Educação Sexual: múltiplos temas, compromisso comum* (pp. 129- 140). Editora UEL.
- Ribeiro, P. R. M. (2013). A Educação Sexual na formação de professores: Sexualidade, gênero e diversidade enquanto elementos para uma cidadania ativa. In A.O RABELO, G. R. Pereira, & M.A.S Reis (Org.). *Formação docente em gênero e Sexualidade: entrelaçando teorias, políticas e práticas* (pp. 8-15). De Petrus.
- Ribeiro, P. R. M. (2016). Caminhos da Educação Sexual nas memórias de um pioneiro da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”-Unesp. In Rodrigues Jr, O.M. (Org). *Histórias de las sexologias latino-americanas – volume II*. São Paulo: INPASEX (pp. 67-89).
- Ribeiro, P. R. M. (2017). Entrevista Educação para a sexualidade. *Revista Diversidade e Educação*, 5(2), 07-15. Recuperado de <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/7867>.
- Ribeiro, P. R. M. (2017b). *Ideologia de Gênero x Estudos de Gênero*. Entrevista. Assessoria de Comunicação e Imprensa da Unesp. Recuperado de <https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/30669/ideologiadegenero/>
- Ribeiro, P. R. M. (2019). Desafios contemporâneos em Educação Sexual: a perda do ambiente mental, social e escolar. In R. Desidério, M. N. D. Figueiró, P. R. M. Ribeiro, P. O. S. P. Mendes, S. M. M. Melo, & V. C. S. Bastos (Orgs.) *Interseccionalidade e transgressões em Educação Sexual* (pp. 29-39). Syntagma Editores.
- Ribeiro, P. R. M., & Bedin, R. C. (2010). Algumas reflexões sobre a formação do pensamento sexual brasileiro a partir da historiografia da Educação Sexual. In F. Teixeira, I. Martins, I.; P.R.M. Ribeiro, & I. Chagas, I. (Org.). *Sexualidade e Educação Sexual: Políticas educativas, investigação e práticas* (pp. 97-101). Universidade do Minho, Portugal.
- Rizza, J. L., Ribeiro, P. R. C., & Mota, M. R. A. (2016). Disciplinas que discutem Sexualidade nos currículos do Ensino Superior brasileiro: produzindo um diagnóstico da situação

- atual *Revista Linhas*, Florianópolis, 17 (34,) 197-224. Recuperado de: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723817342016197>.
- Rosemberg, F. (1985). Educação Sexual na escola. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, 53, 1119.
- Sampaio, R. F., & Mancini, M.C. (2007). Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, São Carlos, 11 (1), 83- 89.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 20 (2), 5-19.
- Tavano, V. (2021). *As relações de gênero e Sexualidade no currículo da cidade de São Paulo*. [Tese de Doutorado não publicada]. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- Tavano, V., & Leão, A. M. C. (2020). A ideologia da Ideologia de Gênero: seus discursos e (des)construções. *Gênero*, Niterói, 21 (1), 311- 326.
- Torrada, L., Ribeiro, P. R. C., & Rizza, J. L. (2020). Estratégias de resistência possibilitando o debate de gênero e Sexualidade na escola. *Revista Contexto & Educação*, 35(111), 46-63, Recuperado de: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/9088>.
- Unesco. (2013). *Orientações Técnicas de Educação em Sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem*. Brasília: Unesco.
- Unesco. (2019). *Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade: uma abordagem baseada em evidências*. 2 ed. Brasília: Divisão de Coordenação das Prioridades da ONU em Educação.
- Viegas, A., & Vilaça, T. (2010). Contributos da aprendizagem sobre puberdade e reprodução humana para o desenvolvimento de acção em Educação Sexual no 6º ano de escolaridade. In. F. Teixeira, I. Martins, I., P. R. M. Ribeiro, & I. Chagas (Org.). *Sexualidade e Educação Sexual: Políticas educativas, investigação e práticas* (pp. 109-117). Universidade do Minho, Portugal.
- Vizentim, L. A. (2020). *O professor como mediador e multiplicador da Educação Sexual: uma análise de práticas pedagógicas*. [Dissertação de Mestrado não publicada]. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- World Association For Sexual Health. (2014). *Declaração Revisada dos Direitos Sexuais*, 2014. Recuperada de <https://spsc.pt/wp-content/uploads/2017/01/DIREITOS-SEXUAISWAS.pdf>.